

cadernos
IHU
em **formação**

ano VII nº 40 2011
ISSN 1807-7862

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 



CAMPANHA DA LEGALIDADE

50 ANOS DE UMA INSURREIÇÃO CIVIL

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista ***IHU On-Line*** e nos ***Cadernos IHU ideias***. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Cadernos IHU em formação

Campanha da Legalidade

50 anos de uma insurreição civil

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 7 – Nº 40 – 2011

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas (*) – USP – Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

Sumário

Apresentação.....	4
“O Brizola é um mito nacional” <i>Entrevista com Tabajara Ruas</i>	6
“Jango era um conservador reformista” <i>Entrevista com Flávio Tavares</i>	9
Campanha da Legalidade – 50 anos. O depoimento de um jornalista <i>Entrevista com Flávio Tavares</i>	12
Jango. Um personagem esquecido na história política brasileira <i>Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira</i>	15
João Goulart e um projeto de nação interrompido <i>Entrevista com Oswaldo Munteal</i>	18
Nacionalismo e antiamericanismo: a legalidade e a política externa norte-americana <i>Entrevista com Carla Simone Rodeghero</i>	23
João Goulart entre a memória e a história <i>Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira</i>	27
O Jango da memória e o Jango da História <i>Entrevista com Lucília de Almeida Neves Delgado</i>	30
“As direitas aprenderam com os acontecimentos de 1961” <i>Entrevista com Jorge Ferreira</i>	33
Campanha da Legalidade: um movimento de defesa da democracia formal <i>Entrevista com João Trajano Sento-Sé</i>	36
“O embrião de 1964 estava presente na reação militar à posse de Jango” <i>Entrevista com João Gilberto Lucas Coelho</i>	39
“Usando apenas a palavra, Brizola mudou a cara do país e abortou um golpe de Estado” <i>Entrevista com Flávio Tavares</i>	42
Brizola: um homem contraditoriamente coerente <i>Entrevista com Paulo Markun</i>	47
“O país não está produzindo líderes” <i>Entrevista com Gunter Axt</i>	51

Apresentação

Manhã de 25 de agosto de 1961. Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente da República Federativa do Brasil. A redação de sua carta-renúncia não indicava de modo direto os reais motivos de tal decisão. “Forças terríveis levantam-se contra mim”, trecho de sua carta, representa o ápice do espírito incógnito que a população brasileira da época teria de absorver. Rumores pairaram como nuvens negras sobre o solo brasileiro. De fato, os presságios não eram nada bons. Se estas “forças terríveis” não podiam ser reveladas, não era difícil subentender que Jânio sofrera algum tipo de intimidação. Esta renúncia não tinha uma voz própria e original. Muitos brasileiros desconfiaram de imediato.

João Goulart, o Jango, então vice-presidente da República, encontrava-se em viagem oficial à China e por esta razão, como assinalava a Constituição Federal, na ausência do vice-presidente, o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli, assumia a Presidência da República. Até aí se cumprira a legalidade. Porém, a perspicácia – para além da simples desconfiança – de quem circulava nos bastidores políticos indicava que se arquitetavam outros interesses. A posse de Mazzilli era conveniente para um golpe militar que se anunciava. Jango já estava ameaçado de assumir o cargo de presidente da República. Aliás, havia mais: Jango estava ameaçado de retornar ao Brasil. Com isto surgia também a necessidade de uma resposta moral. Foi esta iniciativa de resposta que Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, liderou sem hesitar em momento algum.

Brizola articulou uma ação de resistência – que ficaria conhecida como Campanha da Legalidade – para que se fizesse cumprir o que constava na lei. Nesse sentido, invocou civis e alguns militares a justificarem a condição do Brasil como repú-

blica democrática. Sem dúvida, tratava-se de uma questão de justiça a um cidadão – no caso, Jango –, mas, sobretudo, à nação inteira.

A Campanha da Legalidade tinha de criar forças para, com efeito, se insurgir contra os desejos dos principais comandantes do aparelho militar. Era necessário que se travasse uma luta de ideais e de imaginários, uma vez que um confronto bélico seria largamente desproporcional. Tanto os pronunciamentos públicos de Brizola quanto seus telefonemas secretos tinham de despertar nos cidadãos brasileiros o potencial da coragem, da fibra e da dignidade. Era preciso que as consciências pelejassem. Nesse sentido, muitas virtudes estiveram implícitas sob o simples jargão de se buscar o cumprimento da lei. Por isso, o lema de somente aceitar viver uma vida que pudesse ser vivida com plena dignidade faria de Brizola alguém a ser amado por uns e odiado por outros.

Após alguns dias carregados de incertezas, a campanha obteve êxito. Jango assumia, enfim, o cargo de presidente da República, embora tivesse se rendido às condições impostas de mudar o sistema de governo. Brizola aconselhou Jango a não aceitar o regime parlamentarista, pois isso tornaria sua governança vulnerável. Mas Jango alegava que se preocupava em evitar banho de sangue no país. Esta diferença traça os perfis distintos destas duas personalidades políticas. Historicamente, isso faria com que o imaginário popular tendesse a associar a figura de Jango à pusilanimidade. Visto por esse viés, o gesto de Jango contradizia sutilmente a luta liderada por Brizola contra a apatia política e o comportamento resignado. Porém, seria uma leviandade desconsiderar as razões de Jango, as quais o próprio Brizola, mesmo decepcionado, respeitou.

No esforço de manter viva a discussão dos diferentes significados decorrentes desse cenário político e social brasileiro, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU apresenta a 40ª edição dos **CADERNOS IHU em formação**, intitulada *Campanha da Legalidade: 50 anos de uma insurreição civil*. Aqui estão reunidas algumas entrevistas concedidas à equipe de jornalismo do IHU, nas quais se fala sobre a vida destes dois brasileiros que foram Brizola e Jango e do movimento essencial ao espírito democrático que estes protagonizaram. À Campanha da Legalidade fica o registro de uma ousadia capaz de adiar por três anos a execução de um

golpe de Estado. Seu exemplo continua atual, na medida em que talvez vivamos um momento político carente de ousadias. Ironicamente, mesmo sem impeditivos formais, vivemos hoje a experiência de um discernimento frágil sobre o verdadeiro alcance de nosso potencial político. Nesse sentido, é muito oportuna a frase de um dos entrevistados, o historiador Gunter Axt: “O país não está produzindo líderes”.

Dr. Marcelo Leandro dos Santos
Instituto Humanitas Unisinos – IHU

“O Brizola é um mito nacional”

Entrevista com Tabajara Ruas

Refletir sobre o homem que foi Leonel Brizola é ainda bastante importante para que possamos entender a política e a história do Brasil. Ele tinha uma grande relevância política, tendo sua vida marcada pela história política brasileira, como a Revolução de 1923, que vitimou seu pai, até a eleição do presidente Lula, em 2003. Nascido no interior do Rio Grande do Sul, foi governador deste estado e do Rio de Janeiro. Ficou preso durante a ditadura militar por liderar o movimento da Legalidade, um movimento de resistência à inserção dos militares no governo do país. “O Brizola não deixou uma concepção teórica da ação política. Ele deixou a memória da sua ação política, do seu modo de governar, do seu jeito de tratar política, da sua integridade e da sua luta”, contou-nos Tabajara Ruas, coautor do livro **Um brasileiro chamado Brizola** (Porto Alegre: Edição do autor, 2007), escrito com Sérgio Gonzalez, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line** em 20 de dezembro de 2007.

Tabajara Ruas é escritor e cineasta. Formou-se em Arquitetura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre 1971 e 1981 exilou-se no Uruguai, Chile, Argentina, Dinamarca, em São Tomé e Príncipe e em Portugal. Em 1999, corretegiu com Beto Souza, roteirizou e produziu o longa-metragem **Netto perde sua alma**, baseado em seu livro homônimo. Entre 2002 e 2003, foi consultor especial da produção da minissérie *A casa das sete mulheres*. É autor de **A Guerra dos Farrapos** (Porto Alegre: L&PM Quadrinhos, 1985), **A cabeça de Gumercindo Saraiva** (Rio de Janeiro: Record, 1997) e **Netto perde sua alma** (Rio de Janeiro: Record, 2001).

IHU On-Line – Brizola é o perfil do verdadeiro brasileiro?

Tabajara Ruas – Eu não sei se do verdadeiro, mas é o perfil de um brasileiro muito importante para o país. O Brasil é muito diverso e tem muitos perfis e maneiras de ser. Brizola tem um tipo, na verdade, que foi conformado dentro da tradição política e cultural do Rio Grande do Sul, que não é a mesma do Rio de Janeiro, do Nordeste, do Norte. Uma das belezas que faz o Brasil grande e rico é a sua diversidade. Então, o Brizola não é um paradigma de brasileiro, mas ele foi, sem dúvida, um brasileiro muito especial.

IHU On-Line – A infância e a juventude de Brizola já apontavam para o significativo personagem político que se transformou?

Tabajara Ruas – Eu acredito que sim, porque a infância dele foi formada e se desenvolveu em uma série de fatos políticos, de turbulências políticas. Inclusive, na verdade, a mais antiga infância dele, de quando tinha dois, três anos de idade, foi marcada por uma tragédia política e pessoal, que foi a morte do pai. Seu pai foi assassinado, em função das suas atividades políticas na Revolução de 1923. Ele estava voltando para casa, a guerra já tinha terminado, e ele foi morto em uma emboscada, que tinha muito a ver com assuntos pessoais e assuntos políticos. Logo depois, a mãe perdeu a posse da pequena terra que tinha, e a família dele se tornou sem-terra. Ele foi obrigado a trabalhar desde muito pequeno, e conseguiu, a muito esforço, com 13, 14 anos, ir para Porto Alegre, para estudar em uma escola melhor. Então, eu acredito que a experiência da sua infância e da sua adolescência formaram o político.

IHU On-Line – Os tempos de luta de Leonel Brizola chegaram ao fim com sua morte?

Tabajara Ruas – Eu creio que a luta do Brizola não era uma luta pessoal e não começou com ele. Portanto, também não vai terminar com ele, que era um lutador de causas sociais. As causas sociais vêm desde que o homem começou a se organizar socialmente. E a luta pela organização da sociedade e por justiça social começou quando o homem fez sua primeira organização social. O Brizola foi uma pessoa que se destacou, se jogando profundamente na luta social e utilizando sua experiência, seu talento, seu dom natural para agregar pessoas, conduzir pessoas. E utilizou isso nas lutas que eram características da época em que ele viveu, os anos 1950, 1960 e 1970. Então, se acreditava muito na revolução, em transformações sociais. O mundo vivia um período revolucionário, de ideias libertárias, de transformação. E o Brizola acompanhou esses movimentos todos, dentro da sua característica bem pessoal, de uma pessoa criada no Rio Grande do Sul, informada pelos mitos daqui, da sociedade local. Ele sempre teve uma liderança nas lutas pela terra, pela nacionalização das nossas riquezas, por mais igualdade para todos e pela educação, principalmente. Não é porque começou com ele que vai terminar com ele. São lutas perenes, lutas dos povos. Então, o Brizola foi um líder, um expoente dessa luta.

IHU On-Line – O populismo é um conceito que marca fundamentalmente Brizola?

Tabajara Ruas – O populismo marca mais o PTB, que foi o partido original do Brizola, e depois o próprio PDT. Mas não tanto o Brizola. O populismo tem na palavra um certo mal-estar, parece uma coisa um tanto pejorativa. O Brizola não era do populismo, pois nunca foi de fazer promessas demagógicas. O populismo engana o povo, tenta criar falsas ilusões. Eu tenho a impressão, se observarmos bem, de que, na atividade prática, tudo o que o Brizola falava ele cumpriu ou tentou cumprir. Nunca houve na história do Brasil um governador que fizesse 6000 escolas. Nunca houve um governador, qualquer cargo político, que desapropriasse empresas estrangeiras, no caso, dos poderosos Estados Unidos. Nunca houve, em

qualquer posição do governo, um governante que de fato começasse a Reforma Agrária, o que o Brizola fez no Rio Grande do Sul. Eu não acredito que ele fosse um populista. Tratava-se de um homem que seguia rigorosamente seu discurso e aquilo que ele dizia, ele fazia ou tentava fazer.

IHU On-Line – A personalidade de Brizola jovem é a mesma de depois que ele volta da anistia?

Tabajara Ruas – Ele mesmo diz em uma entrevista que ele mudou. “Amadureci”, conforme ele diz em um documentário. As mudanças do Brizola foram mudanças humanas, que acontecem com todos nós. Na infância somos um, na adolescência somos outro, e na juventude outro. Ele viveu plenamente de acordo com cada momento da sua vida e mudou constantemente. Mas a coerência dele foi da necessidade dos povos. Ele sempre esteve à frente dos clamores populares. E penso que isso não mudou.

IHU On-Line – Para você, o que vem a ser o brizolismo? Como vê a influência que Brizola exerce ainda hoje sobre a política brasileira?

Tabajara Ruas – O brizolismo é como se fosse o getulismo, o lulismo, o janguismo. Ele traz seguidores do Brizola. O que o Brizola deixou para os políticos das novas gerações foi o exemplo da sua ação como governante e como político. Ele nunca foi acusado de corrupção. E, como eu disse, tudo o que falava no palanque ele fazia ou tentava fazer, tanto no governo do Rio Grande do Sul quanto no do Rio de Janeiro. Então, o brizolismo representa mais a memória e as ações de Brizola, porque ele não deixou documentos teóricos que formem o brizolismo, nem tratados políticos explicando o que esse seria. Na verdade, Brizola seguia a velha cartilha do Getúlio, do trabalhismo. Até hoje, as principais leis trabalhistas do Brasil são do Getúlio Vargas, da época que ele foi presidente e ditador. Então, reitero que o Brizola não deixou uma concepção teórica da ação política, mas sim a memória da sua ação política, do seu modo de governar, do seu jeito de tratar política, da sua integridade e da sua luta. O brizolismo é isso, e não

é como o leninismo ou como o trotskismo, que são documentos escritos sobre a maneira de transformar o mundo. O Brizola não deixou nada disso. Ele viveu a vida e deixou o exemplo da sua ação na vida.

IHU On-Line – Sobrevive ainda o legado de Brizola e o conceito de trabalhismo?

Tabajara Ruas – Com certeza. Tem o PDT, que é um partido forte. Eles trabalham com a ideia do trabalhismo, que vem desde o PTB, do Getúlio Vargas. E o conceito do Brizola, do qual vive o PDT, quando estive fazendo o documentário, percebi conversando com os militantes. Existe, sim, o seu legado, que abrange as suas atitudes, o exemplo da sua vida. E o trabalhismo é uma doutrina que está toda documentada, escrita. Ela criou um partido político que trabalha em torno dessa ideia. O trabalhismo, com certeza, existe e está bem vivo no Brasil.

IHU On-Line – Em sua opinião, há influência do legado de Brizola na política atual?

Tabajara Ruas – Olha, eu não sei se tem influência, mas, com certeza, existe uma espécie de sombra observando o que está acontecendo no Brasil hoje. Eu vejo muita gente dizendo: “Ahhh, se o Brizola estivesse vivo”! Eu acredito que neste momento da vida brasileira, tão fraca de atitudes, de compromissos com a palavra, a influência do Brizola é a sua atitude em vida. É o que ele fez pela profissão de político. Ele era um político profissional, como hoje têm tantos por aí. Mas ele foi um dos poucos que, de fato, dignificaram os cargos recebidos da população.

IHU On-Line – A figura de Brizola simboliza, de alguma forma, o imaginário do gaúcho forte, coerente, incorruptível e, desta forma, é tão admirado no Rio Grande do Sul?

Tabajara Ruas – Eu acredito que sim. Ele criou essa aura em torno dele, ao longo da vida. Todos sabemos que seu final de vida foi melancólico,

quando ele teve menos votos que o Enéas. Ele já estava muito idoso e não tinha forças. Mas, na sua vida toda, criou um mito, a partir das ações dele como governador do Rio Grande do Sul, da sua ação na legalidade, quando impediu um golpe de Estado no Brasil, chamando o povo gaúcho às armas. Ele tem uma imagem que tem muito a ver com o fato de ser aqui do Sul, ter nascido aqui, e seus grandes momentos da vida política terem sido no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. Ele tomou todas aquelas atitudes da Reforma Agrária, da Legalidade, das empresas do estrangeiro. O Brizola é um mito nacional. As pessoas olham para a sua figura, e a tendência é mitificá-lo, ao longo do tempo. Como qualquer ser humano, ele teve muitos defeitos, quedas, altos e baixos. Mas, como as grandes personalidades geram mitos, a tendência é esquecer as debilidades, as quedas, e lembrar dos grandes feitos, das características que os fez criar esta imagem mítica. Eu acredito que com o Brizola aconteceu isso.

IHU On-Line – Brizola era, de fato, herdeiro de Vargas?

Tabajara Ruas – Sim, acredito que sim. Depois do Getúlio Vargas, dentro do PTB e do próprio PDT não houve um líder carismático. Dentro desses partidos, até hoje não tem, e pelo que se vê no momento, no futuro não existirá um líder tão carismático quando o Brizola e o Getúlio, que criou o trabalhismo. O herdeiro do getulismo, das ideias do trabalhismo foi o Brizola. E eu penso que o terceiro, na sucessão, ainda não apareceu.

IHU On-Line – O que Brizola diria do governo Lula em relação à forma como está tratando as normas trabalhistas e a reforma agrária?

Tabajara Ruas – O Brizola já fazia oposição ao Lula, logo no começo do seu governo. E, com certeza, ele estaria criticando uma série de coisas. Mas o Brizola não criticava só por criticar. Com certeza, ele também estaria aplaudindo as coisas boas que o governo Lula faz.

“Jango era um conservador reformista”

Entrevista com Flávio Tavares

O jornalista e escritor Flávio Tavares concedeu uma entrevista exclusiva, por telefone, à **IHU On-Line** em 20 de dezembro de 2006. Durante a conversa, ele relatou sua convivência com o ex-presidente João Goulart, a situação política quando Jango foi deposto e suas opiniões sobre o governo quando esteve junto à Campanha da Legalidade.

Flávio Tavares é autor de **O dia em que Getúlio matou Allende** (Editora Record, 2004), livro que conta as profundezas do que viveu como jornalista político durante as décadas de 1950 e 1960.

***IHU On-Line* – Como foi acompanhar ativamente a Campanha da Legalidade? A forma como Jango tomou posse decepcionou o movimento?**

Flávio Tavares – Decepcionou parcialmente. Naquele momento, nos decepcionou porque acreditávamos na mobilização que movimentou o Rio Grande inteiro e, por si, mobilizou o resto do país. Com isso, nós abortamos o golpe de Estado que foi deflagrado em Brasília e no Rio de Janeiro pelos três ministros militares. Por isso, nós já queríamos ir além, queríamos “Marchar sobre Brasília”, como dizia o Brizola na época, porque naquele momento houve de fato uma rebelião popular como nunca houve na história brasileira. Foram sete dias radiosos; o Rio Grande do Sul inteiro unido, até o pessoal da direita, que tinha restrições ao Jango, apoiou. Então, nesse aspecto, nos decepcionou na época o fato de Jango aceitar o corte de seus poderes e aceitar o regime parlamentarista. Hoje, anos depois, me dei conta de que quem tinha razão, naquele momento, era o Jango. Eu até explico isso no meu livro **O dia em que Getúlio matou Allende**.

***IHU On-Line* – Em seu livro “O dia em que Getúlio matou Allende”, o senhor revê conceitos que tinha sobre Jango, de quem foi amigo durante o exílio e criticava quando jornalista. A que conclusão chegou sobre Jango?**

Flávio Tavares – Exatamente. Eu conheci o Jango quando ele era Secretário do Interior de Justiça no governo Ernesto Dornelles e eu era dirigente estudantil. Naquela época, o Jango, que sempre foi um homem muito afável, muito educado, nos pareceu muito conciliador e muito tímido. Assumi o governo e, para nós, essa conciliação e timidez era um detalhe negativo, porque nós estávamos acostumados com o Brizola, que era um revolucionário. E muito tempo depois do golpe de Estado eu me dei conta de que o Jango é quem tinha razão. Não tínhamos maioria de pensamento, o país era muito atrasado. Se a Reforma Agrária fosse feita em 1964 teria impedido a concentração de marginais nas cidades, que hoje estão dedicados ao crime e ao banditismo, pois são frutos da exclusão rural. Mas não tínhamos maioria, tínhamos menos da metade dos votos. Nesse aspecto, acho que o Jango, na sua capacidade de negociar (que era muito maior que sua capacidade de decidir), tinha razão naquele momento.

***IHU On-Line* – E como o senhor vê essas propostas de reforma que Jango gostaria de ter realizado, mas não pôde, e que na política adotada pós-ditadura foram retomadas?**

Flávio Tavares – Eu vejo como isso tudo significa que o golpe de Estado foi uma imposição não só errônea, mas estúpida. Uma imposição de regresso ao passado, porque o Jango foi derrubado pelas suas virtudes e não pelos seus defeitos. O go-

verno de Jango, como todos os governos da América Latina, estava cheio de defeitos, tinha até corrupção; não como a de hoje, no governo Lula, não como no governo de FHC, nem como no governo de Sarney ou como nos governos militares, mas já havia quem botava o “troco” no bolso. Mas o Jango foi derrubado porque o plano de alfabetização do Paulo Freire, que depois foi imitado na Europa e até nos EUA, atemorizou a direita brasileira, que era muito mais atrasada do que é hoje. Ela teve medo desse plano que ia incorporar 20 milhões de eleitores analfabetos naquela época, e achavam, então, que a esquerda ia ganhar a eleição e “comunizar” o país.

IHU On-Line – Como o senhor vê a ligação de Jango com a esquerda brasileira?

Flávio Tavares – Jango não era comunista, muito pelo contrário. Ele era um conservador reformista. Era um homem muito rico. Ele admirava a URSS e a justiça social, mas não era um comunista. Então, a história deu razão às teses de João Goulart e demonstrou que o golpe de Estado foi algo urdido de fora, preparado nos EUA em função da posição independente da política externa brasileira. Nessa época, os EUA já começavam a asfixiar Cuba e queriam o apoio brasileiro. Mas enquanto o Brasil dissesse não, eles não podiam atacar Cuba. Houve uma lavagem cerebral do exército e do empresariado brasileiro. Era o momento da Guerra Fria, da guerra entre comunismo e capitalismo e para impedir que algumas coisas avançassem, dizia-se que era comunista. A história deu razões às Reformas de Base e mostrou que o golpe foi feito nos EUA e que os militares e empresários foram apenas fantoches dos interesses das multinacionais norte-americanas.

IHU On-Line – Como foi a sua convivência com Jango durante o exílio?

Flávio Tavares – Foi muito íntima, ainda que por poucos anos, porque eu me exilei no México e ele se exilou no Uruguai. Mas em 1974 nós nos encontramos em Buenos Aires, pois os peronistas tinham ganhado a eleição e lá era a “terra da liberdade”. Então, lá eu reencontrei o Jango e aí houve a intimidade do dia a dia. Nós morávamos

perto e trabalhávamos na mesma rua. Nossa convivência foi tão íntima que um dia ele me telefonou de Punta del Este, no Uruguai, pois tinha lido num jornal argentino que a polícia tinha descoberto um grupo que queria sequestrar o filho dele. Jango acreditava que era uma intenção ligada à política e eu disse: “não presidente, isso é um grupo de marginais que queria realizar o sequestro por dinheiro”. Só então ele se aquietou. Mesmo assim ele ficou numa situação muito insegura, pois em 1976 houve o Golpe Militar na Argentina e começaram a acontecer sequestros de pessoas estrangeiras que viviam em Buenos Aires. Foram mortos dois amigos uruguaios de Jango e ele ficou muito atemorizado. Foi para Paris, para tratar seu problema no coração. Quando voltou, passou em Montevideu para resolver negócios. No dia 5 de dezembro de 1976 ele sai de Montevideu pela estrada, atravessa de canoa a fronteira entre o Uruguai e a Argentina e passa por Passo de los Libres, em frente a Uruguaiana. Jango olhou a cidade de longe e disse à esposa: “Qualquer dia eu saio correndo e atravesso essa ponte e ninguém vai se dar conta que sou eu”. No que ela retrucou: “Com essa perna manca ninguém vai notar que és tu”. Era um dia muito quente e Jango chega a sua estância. À noite, ele inspeciona o gado e durante a madrugada, teve um infarte fulminante e morreu.

IHU On-Line – O personagem Jango é muito criticado até hoje, sendo apontado como o responsável pelos militares instituírem a ditadura. O senhor viveu uma tentativa de golpe antes de Jango tomar posse. Como vê essa imagem de Jango?

Flávio Tavares – Essa imagem que se faz do Jango é totalmente injusta, porque as pessoas não levam em conta um detalhe: quando ele assumiu a Presidência da República, o país estava passando por uma crise brutal derivada da política econômica de Jânio Quadros. Jango assumiu numa situação muito difícil, com um regime novo (*parlamentarismo*) que não servia para um país que tem um Congresso como o nosso. Ele conseguiu dar estabilidade ao Brasil, mas desde o início teve que enfrentar uma oposição militar terrível. Ele não fez o governo que nós queríamos. Jango estava muito

mais próximo do partido comunista pela situação conciliadora e nós, da esquerda não comunista, não queríamos isso, queríamos fazer a revolução logo.

***IHU On-Line* – Além de ser tão próximo a Jango, o senhor era próximo de Brizola. A relação entre eles era conturbada, apesar de o movimento Legalista ter favorecido a posse de Jango. Como o senhor avalia a relação dos dois?**

Flávio Tavares – Fui mais próximo de Brizola do que de Jango. A relação entre eles era muito conturbada, ainda que fosse uma relação muito forte. Eles eram amigos desde 1947, quando foram deputados estaduais, e eram cunhados. Mas a relação era conturbada por várias razões: dizia-se que por rivalidade, mas o certo é que seus estilos eram diferentes. Jango era um negociador, um conser-

vador, e Brizola era um sujeito de uma franqueza enorme, a tal ponto que fez inimigos por todos os lados. Eram dois estilos diferentes de fazer política, e isso explica o fato de ficarem 17 anos sem se falar. Só três meses antes de o Jango morrer é que se reencontraram e se reconciliaram, pois a irmã de Jango (*mulher de Brizola*) adoeceu e ele foi visitá-la.

***IHU On-Line* – Essa relação pode ter contribuído com os movimentos contra Jango e que motivaram a segunda tentativa do golpe militar?**

Flávio Tavares – Acho que essa relação contribuiu para o golpe porque se tivesse havido uma unidade nas forças progressistas e de esquerda, o golpe não teria ocorrido.

Campanha da Legalidade – 50 anos.

O depoimento de um jornalista

Entrevista com Flávio Tavares

“Foi uma cobertura engajada; tomamos posição, porque os jornais têm obrigação de tomar posição contra o crime. E o golpe de estado é um crime”, diz jornalista gaúcho que participou da Campanha da Legalidade.

Uma cobertura engajada, de posição. Assim foi o trabalho realizado pelo jornal Última Hora na Campanha da Legalidade, em agosto de 1961. O depoimento é do jornalista Flávio Tavares, na entrevista que concedeu por telefone à **IHU On-Line** em 7 de agosto de 2011 para as jornalistas Graziela Wolfart e Márcia Junges.

Em seu ponto de vista, os jornais devem se posicionar contra crimes como o golpe de estado, por exemplo. Sobre Brizola, recorda seu interesse no processo jornalístico, de alguém que “tinha a mania de ser jornalista”.

Ao comparar o Senado do início da década de 1960 ao de hoje, Tavares constata: “o Senado era muitíssimas vezes superior em termos de postura, em termos de nível cultural de seus membros, e a câmara dos deputados mais ainda. Essas barganhas vergonhosas que existem hoje não existiam. Se continuasse o parlamentarismo, talvez o parlamento tivesse melhorado bastante, porque o parlamento do Brasil, hoje, é o mais nauseabundo que pode existir na história universal”. Fatos como o recente escândalo no Ministério dos Transportes demonstram o quanto a política brasileira virou um “balcão de negócios”.

Flávio Tavares é gaúcho de Lajeado. Militante de organizações que lutaram contra a ditadura militar brasileira, foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

Aos 20 anos, Flávio foi eleito presidente da União Estadual de Estudantes, no Rio Grande do Sul. Militante de esquerda, foi comentarista político do jornal Última Hora.

Com o golpe militar de 1964, foi preso pela primeira vez por suas posições políticas e solto logo depois. Entre 1967 e 1969, foi novamente preso, acusado de participar de uma ação armada para libertar presos políticos na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro.

Em setembro de 1969, foi enviado para o exílio, no México, no grupo trocado pelo embaixador Elbrick, sequestrado por integrantes de organizações de esquerda que faziam a luta armada no Brasil. Nos anos 1970, durante o exílio, trabalhou no jornal mexicano Excelsior e foi seu correspondente em Buenos Aires a partir de 1974.

Vivendo na Argentina, também trabalhou para os jornais Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Em julho de 1977, Flávio foi sequestrado por militares dos órgãos de repressão do Uruguai, passando 195 dias preso. Libertado depois de uma campanha internacional, foi morar em Lisboa, voltando ao Brasil com a anistia de 1979. Hoje, vive e trabalha em Búzios, no Rio de Janeiro.

IHU On-Line – Como foi sua participação pessoal na Campanha da Legalidade? O que lembra de mais significativo, que mais lhe impactou como jornalista, gaúcho e brasileiro?

Flávio Tavares – Minha participação pessoal foi no primeiro passo da Campanha da Legalidade, que ainda nem tinha esse nome. Nós, no dia seguinte à renúncia do presidente Jânio Quadros,

que foi no dia 25 de agosto de 1961, fizemos uma edição extra do jornal Última Hora, num sábado vespertino. Naquela época, os vespertinos não circulavam aos domingos. A edição foi feita nos porões do Palácio do governo gaúcho e circulou no domingo, dia 27 de agosto de 1961, sob a proteção dos soldados da Brigada Militar.

Pela primeira vez na história universal da imprensa, um jornal saiu na rua protegido pela polícia. Em geral, a polícia sempre confisca e destrói jornais. Nesse caso foi diferente, porque nós tínhamos medo de que o Exército confiscasse os jornais, pois esta instituição estava em pé de guerra com o governador. Fizemos aquela edição no Palácio porque a ideia foi do governador Leonel Brizola. E o único jornal que não era hostil a ele era o Última Hora. A sede do jornal era na Rua 7 de Setembro, mais ou menos em frente onde hoje é o Correio do Povo, muito perto dos quartéis do Exército. Isso era um perigo.

Passamos a noite inteira no Palácio. Eu era editor de política do Última Hora e o repórter destacado para o Palácio. Eu cobria todas as atividades do Brizola. Terminamos a edição do jornal por volta de 6 horas da manhã e ele era impresso bem perto do Palácio, na rua Duque de Caxias. Saí de lá para respirar um pouco o ar de fora dos porões e não dormi esse dia e nem os demais durante a Campanha da Legalidade. Com 27 anos a gente aguenta.

IHU On-Line – Como você define a cobertura jornalística da Campanha da Legalidade?

Flávio Tavares – Foi uma cobertura engajada; tomamos posição, porque os jornais têm obrigação de tomar posição contra o crime. E o golpe de estado é um crime.

IHU On-Line – Em que medida Brizola participava do trabalho jornalístico durante o movimento? Por que o senhor afirma que ele era um sujeito que “tinha a mania de ser jornalista”?

Flávio Tavares – Ele tinha mania de ser jornalista porque gostava de ser jornalista. Ele tinha dirigido, em 1955, um jornal vespertino chamado Clarin, que era do Partido Trabalhista. Ele sempre ti-

nha opinião sobre os jornais, até sobre a parte gráfica. Já em 1963, durante o governo de João Goulart, Brizola dirigiu um jornal de circulação semanal, Panfleto, onde ele próprio escrevia o artigo da contracapa.

IHU On-Line – Como você avaliou, na época, o aceite de Jango pelo parlamentarismo? Hoje, 50 anos depois, mantém sua opinião?

Flávio Tavares – Naquela época nós ficamos furiosos com o Jango. A tal ponto que rasgamos, (eu e o secretário de imprensa do Brizola) na frente dos microfones da rádio da legalidade, um manifesto do Jango, que era a aceitação prática do parlamentarismo. Esse manifesto nunca foi divulgado na rede da legalidade. Nossa fúria era em função de que aquela medida era uma amputação dos poderes do Jango e das nossas ideias de reformar o Brasil e o mundo. Nós tínhamos feito um movimento que tinha impedido o golpe de estado e a ditadura no Brasil. Era 1964 que estava sendo antecipado para 1961. A mobilização do povo do Rio Grande do Sul levou o Exército a apoiar o governo. Então, nós não podíamos abrir mão da nossa vitória. Depois, no fundo, em termos de história e considerando os fatos que ocorreram mais tarde, eu passei a entender que Jango tinha razão. Isso porque o país estava dividido, embora o Rio Grande do Sul estivesse unido. Havia muita gente que não queria que Jango assumisse o poder.

Bajulação e safadeza

Quando eu chego a Brasília, em 1962/63, comecei a me interar daquele jogo político, da bajulação e da safadeza na política. E vejo que aqui no Rio Grande éramos puros demais. E que, naquele momento, era preciso ceder. Vendo hoje, o parlamentarismo, naquele momento, foi uma boa solução. Só que era um parlamentarismo capenga, mas até que deu certo. Comparativamente a hoje, o Senado era muitíssimas vezes superior em termos de compostura, em termos de nível cultural de seus membros, e a câmara dos deputados mais ainda. Essas barganhas vergonhosas que existem

hoje não existiam. Se continuasse o parlamentarismo, talvez o parlamento tivesse melhorado bastante, porque o parlamento do Brasil, hoje, é o mais nauseabundo que pode existir na história universal. Mas o plebiscito de 1963, que devolveu os poderes a João Goulart, pelo presidencialismo, foi mais do que legítimo. Foi a resposta a 1961. Foi nossa nova vitória.

***IHU On-Line* – Considerando a trajetória histórica da política brasileira, podemos identificar algum outro movimento parecido com a legalidade em nosso país?**

Flávio Tavares – Em termos políticos, não. Porque a política se transformou num balcão de negócios (vide o escândalo recente no Ministério dos Transportes). A estrutura partidária brasileira, hoje, não tem nada a ver com a velha estrutura partidária brasileira que ainda era programática, em que havia ainda esquerda, direita, centro e partidos ligados às reivindicações operárias e camponesas.

***IHU On-Line* – O Brasil de hoje teria força para uma mobilização popular parecida com a legalidade, usando as redes sociais, por exemplo?**

Flávio Tavares – Poder-se-ia tentar com a força das redes e dos movimentos sociais. O que acontece é que as pessoas estão muito amesquinhas, muito separadas umas das outras por pequenas mesquinhas, em torno do comando e do poder. O que falta é um grande comando com ideias. Isso não existe mais. Ninguém, entre os dirigentes políticos no Brasil hoje, tem ideias. A Dilma é uma pessoa correta. Se ela quisesse e pudesse assumir isso, ela teria condições. Mas está travada pelo modelo de fazer política em busca do poder pessoal. Outro exemplo é o caso de Lula. Há 15 anos era uma pessoa corretíssima, tinha ideias, posições. Mas, já antes de assumir a presidência da

República, começa a abandonar tudo, até ser o que é hoje.

***IHU On-Line* – Essa falta de comando a que se refere na política é uma característica mais brasileira ou é algo global, no sentido da pulverização de esperanças e utopias?**

Flávio Tavares – É exatamente a pulverização da utopia, da esperança e da crença de que a sociedade do consumo vai nos levar ao desastre. Falta isto: essa visão de utopia e esperança e de crença em uma sociedade correta, justa, em que as pessoas sejam solidárias, que não sejam levadas pelo consumismo e por essa exacerbação do desperdício e do consumo que está nos levando, em todos os aspectos, ao caos.

***IHU On-Line* – Como foram seus anos no exílio e que Brasil o senhor encontrou no seu retorno?**

Flávio Tavares – O sequestro do embaixador americano me salvou da morte. Eu tinha 30 dias de prisão, estava em condições muito ruins de saúde, pois sofri muita tortura. Cheguei ao México sem conseguir praticamente mexer as mãos. Meus dez anos de exílio foram de um aprendizado muito grande. Dez anos depois, quando volto ao Brasil, encontro o país muito diferente. As pessoas tinham mais bens de consumo, mas já não acreditavam em mais nada, nem na política. Era um país que tinha sido ultrajado pelo golpe militar de 1964. Em 1977, vou para o Uruguai, em uma missão humanitária, quando sou sequestrado pelo Exército uruguaio. Passei 28 dias sequestrado, torturado, algemado e de olhos vendados e mais seis meses preso. Daí houve uma campanha internacional muito grande a meu favor, inclusive o Papa Paulo VI interveio a meu favor. Fui libertado com a condição de não voltar para o Brasil. Fui para Portugal e de lá voltei com anistia política, em 1979.

Jango. Um personagem esquecido na história política brasileira

Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira

A doutora em História, Marieta de Moraes Ferreira, é autora do livro **João Goulart: entre a memória e a história** (Editora FGV, 2006), uma coletânea excelente para o Jango, o personagem político, compreendendo melhor seu tempo, seus problemas e as questões do Brasil de hoje. Durante essa entrevista concedida em 16 de dezembro de 2006 à **IHU On-Line**, por telefone, Marieta falou do verdadeiro papel que Jango desempenhou na conjuntura política brasileira e de como compreender esse personagem para entender a política adotada atualmente.

Marieta de Moraes Ferreira é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e atualmente é coordenadora do programa de livros didáticos da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro e professora adjunta do departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

IHU On-Line – No livro, a senhora diz que é preciso conhecer o personagem político de Jango para, inclusive, compreender melhor as questões do Brasil de hoje. Como a figura de João Goulart pôde influenciar o Brasil atual e nos ajuda a compreender o país de hoje?

Marieta de Moraes Ferreira – Um dos principais pontos que Jango defendia, e que era bastante polêmico, era levar a legislação trabalhista ao campo. Essa era uma proposta que vinha já desde o tempo do governo de Getúlio Vargas, que desenvolveu a legislação trabalhista para os trabalhadores urbanos, mas os trabalhadores rurais ficaram de fora. Durante o governo JK, essa questão ficou silenciada e quando Jango assume,

levanta essa bandeira que era vista como algo revolucionário. Creio que o que Jango propunha era um capitalismo reformista e, por isso, a conjuntura que Jango viveu e a conjuntura de hoje é muito diferente. Mas conhecer o governo Jango é importante para a gente compreender acertos, desacertos, articulações políticas e embates atuais, sem uma relação direta.

IHU On-Line – Jango, já em 1961, falava em Reforma Agrária e em mudanças na Constituição, assuntos que não tiveram sucesso em seu governo, porém, após a ditadura foram retomados. Como isso foi colocado em pauta por Jango? Por que o Brasil recebeu tão mal essas propostas?

Marieta de Moraes Ferreira – A questão da reforma agrária era uma questão importante que estava sendo levantada por várias vezes. Nesse livro que lançamos há um artigo sobre a questão agrária no governo Jango analisando que ele se empenhou mais em levar ao campo a legislação trabalhista do que propriamente a reforma agrária. O Jango tinha uma preocupação muito grande de desenvolver o sindicalismo no campo de forma a organizar os trabalhadores rurais fazer com que eles tivessem acesso à legislação, aos direitos trabalhistas, férias, regulamentação de salário, entre outras coisas. Agora ele também apoiava a reforma agrária, só que ela se defrontou com um impasse, porque para fazer reforma agrária, era necessário desapropriar terras e isso, segundo a constituição, implicava em pagar com dinheiro aos proprietários que tivessem suas terras desapropriadas e, dentro daquela situação crítica da economia brasileira, havia uma dificuldade muito

grande em ter esses recursos para fazer essa desapropriação. Então, a proposta desses grupos de esquerda era a desapropriação com títulos da dívida pública, o que implicava numa mudança da constituição, porém essa mudança esbarrava numa barreira muito grande porque o congresso não aceitava fazê-la. Eu creio que um dos problemas graves que aconteceram e que acabaram por levar Jango a ser deposto foi que, de uma maneira geral, os vários grupos de esquerda, e talvez até o próprio Jango, tivessem feito uma avaliação equivocada acerca da força política que a esquerda tinha para radicalizar nessas iniciativas. Acreditava-se que se tinha uma força para radicalizar politicamente quando, na verdade, se viu depois que não tinha.

IHU On-Line – A imprensa criticava Jango chamando-o de “Marionete dos Comunistas”. No entanto, ele vinha de uma família de latifundiários e tinha uma trajetória a favor do capitalismo. Qual era a ligação de Jango com a esquerda? E por que se dizia que o Brasil estava um caos?

Marieta de Moraes Ferreira – Para entender o personagem histórico de Jango precisamos olhar os vários aspectos da sua trajetória: ministro do trabalho, vice-presidente da república, secretário estadual do Rio Grande do Sul, presidente do PTB. São facetas e aspectos totalmente esquecidos. Só se fala do Jango daquele último ano de governo. Então, é importante olhar também esses outros momentos, esses outros “Jangos”. Por isso, no livro, há um artigo sobre o Jango como ministro do trabalho, onde é mostrado que quando ele entra no Ministério do Trabalho, a forma de relacionamento do Ministério com o sindicato e deste com os trabalhadores se modifica. Ele foi um Ministro que conversou e negociou com os comunistas, mesmo nunca sendo comunista, nunca se definindo como comunista. Jango nunca teve um projeto político comunista que propusesse uma revolução, uma radical transformação da propriedade dos meios de produção. O que ele propunha era negociar com os setores comunistas que estavam dentro do meio sindical, fazendo com que muitos setores conservadores vissem essa abertu-

ra com os comunistas como uma filiação. Assim como um grande herdeiro de Vargas, ele herdou também um grande inimigo de Vargas, gerando conflitos com a própria esquerda, mas principalmente com a direita e a mídia que ela detinha.

IHU On-Line – O confronto que Jango e Brizola tinham fortaleceu o golpe? De que forma?

Marieta de Moraes Ferreira – Acho que sim, não só o confronto do Jango, mas a fragmentação das forças de esquerda. As várias forças de esquerda, ao invés de trabalharem em conjunto, no sentido de acreditar que poderiam fortalecer João Goulart para dar sustentabilidade ao seu governo, fizeram avaliações equivocadas das forças que elas poderiam angariar para enfrentar a resistências dessas forças conservadoras. São duas coisas distintas.

IHU On-Line – Durante seu exílio, Jango sempre pensou em retornar ao Brasil e trabalhou em movimentos pela liberdade do país. Como foi o exílio dele?

Marieta de Moraes Ferreira – Aqui no CPDOC tem o arquivo João Goulart, que são documentos que cobrem alguns momentos importantes desse período. Um fala, principalmente, da atuação dele junto à Frente Ampla, que é aquele momento que foi articulado por Lacerda, JK e outras lideranças que tiveram suas pretensões políticas abortadas e seus mandatos cassados. Eles perceberam que o Regime Militar não ia devolver o poder aos civis e começaram a organizar essa Frente Ampla visando reunir esses três presidentes da República que estavam cassados. Várias negociações foram feitas, mas esse projeto acabou não indo para frente porque o Jango e forças do antigo PTB consideraram que era um projeto muito problemático o fato de fazer uma aliança entre Jango e Lacerda, que estava dentro do Brasil e seria, provavelmente, o maior beneficiário dessa articulação. Já o Jango que não podia voltar ao país, poderia endossar uma articulação política da qual ele ficaria excluído. E havia também muitas avaliações negativas do antigo PTB que eram contra que essa movimentação fosse levada adiante. Esse foi um grande momento de articulação do Jango em torno de

questões políticas aqui no Brasil, durante o exílio. No entanto, ele teve outras iniciativas, por exemplo, uma coisa que era interessante, foi a preocupação que ele tinha com a sua memória e como ela seria tratada. Parecia prever que sua memória poderia ficar esquecida ou ser consi-

derada de uma maneira muito pejorativa. Jango, então, se preocupa e fala em reunir alguns documentos do seu governo para que se transformasse em livro, onde seria resgatada a memória desses anos tão turbulentos da história do Brasil e da sua atuação.

João Goulart e um projeto de nação interrompido

Entrevista com Oswaldo Munteal

O Brasil de João Goulart: um projeto de nação (Editora Contraponto, 2006) é uma obra que reúne pronunciamentos do presidente João Goulart, inclusive o famoso discurso feito na Central do Brasil em março de 1964, e um conjunto expressivo de textos dos principais integrantes da geração de pensadores que o Brasil já teve: de Celso Furtado a Cesar Benjamin. O livro foi organizado pelos historiadores Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo. A **IHU On-Line** conversou, por telefone, com Oswaldo Munteal, que fala, na entrevista publicada no sítio do IHU em 27 de agosto de 2007, das principais características do governo João Goulart e de seu projeto de nação interrompido pelo golpe militar. Munteal analisa também o governo Lula, comparando-o com o de Fernando Henrique Cardoso. “O Brasil é um país sem oposição. Está praticamente todo mundo do mesmo lado”, diz.

Oswaldo Munteal é graduado em história pela PUC-Rio, onde também realizou o mestrado em História Social da Cultura. Na UFRJ, doutorou-se em História Social. Atualmente, é consultor da Faps – Fórum dos Presidentes das Fundações de Amparo à Pesquisa.

IHU On-Line – Qual é o grande diferencial do governo João Goulart para o Brasil de hoje?

Oswaldo Munteal – O grande diferencial, sobretudo, é que governo João Goulart pretendeu fazer coisas além do comum, do habitual, do óbvio que era feito pela política das velhas oligarquias. Foi um governo que apostou em uma utopia brasileira que não pode ser entendida como algo irrealizável. Pelo contrário, a utopia, em seu sentido crítico, quer dizer o que está mais próximo, o que é possível realizar, o que é efetivo, o que é para ago-

ra. Então, acho que esse é o grande diferencial do Brasil desse governo que foi, enfim, constitucionalmente eleito e golpeado.

IHU On-Line – Qual é o projeto de nação do governo João Goulart? O projeto que João Goulart pensou deveria ser retomado hoje?

Oswaldo Munteal – O projeto de nação foi um projeto que não foi concluído. Por isso, é importante que esse projeto permaneça vivo, porque ainda estamos em formação, não temos uma nação brasileira, efetivamente. Nós temos um Estado que não consegue atender à população, e que, ao longo do tempo, foi se corrompendo. Por outro lado, as reformas, como a Reforma Agrária, a Reforma Tributária e a Reforma Universitária, ainda estão por fazer. É curioso que muitas pessoas, quando leram o nosso livro, perguntaram: “Como não foi feito ainda? Isso é tão necessário”. Alunos, colegas, professores e pesquisadores observam: “Mas isso foi feito no Brasil”. Pois é, essas reformas elementares, por mais incrível que possa parecer, não foram feitas. E parece que elas sequer estão, hoje, na agenda brasileira desse governo.

IHU On-Line – Retomar esse projeto de nação pensado por João Goulart seria adequado para a nossa geração?

Oswaldo Munteal – Sempre que se fala em retomar um projeto, dá uma sensação de repetição ou de uma espécie de nostalgia. Por isso, acho que não se trata de retomar exatamente como o projeto foi idealizado naquela época, porque o país mudou. A crise se aprofundou e a nossa situação de dependência econômica se tornou muito mais aguda. Se, em 1964, a nossa dependência de capital estrangeiro era grande e, com a dependência

de um comércio externo, a nossa balança comercial pendia muito mais para os Estados Unidos, hoje nós estamos muito mais dependentes ainda. Eu digo que essas reformas hoje precisam ser mais radicais. Temos que radicalizar ainda mais, porque o país precisa, agora, de uma nova Constituição, da convocação de uma nova Constituinte. O país precisa de uma democracia plebiscitária.

A democracia representativa formal, parlamentar, já não é suficiente. Estamos vivendo isso pelo mundo afora e, especialmente, no nosso continente. Nosso parlamento se torna fragilíssimo. Ele não representa ninguém. Então, a rigor, as reformas de João Goulart podem voltar à pauta, mas é preciso um maior grau de radicalização, porque a nossa burguesia não suporta o tranco mínimo, e, agora, o tranco precisa ser maior ainda. Nesse momento, a agenda ainda está inconclusa, só que num país em que a miséria cresceu muito e a dívida social é imensa. O país é mais dependente ainda do capital estrangeiro. Nós temos este superávit primário brasileiro e 37% dele vão para saldar a dívida com os banqueiros estrangeiros. Nossa renegociação com o fundo foi medíocre, a respeito das manifestações das nossas lideranças econômicas. Então, o projeto João Goulart é um projeto que está aí, feliz ou infelizmente. Não estou falando do ponto de vista ideológico. Estou falando do ponto de vista concreto, como historiador e cidadão.

***IHU On-Line* – O golpe de 1964 foi todo baseado em uma ideia liberal?**

Oswaldo Munteal – O projeto liberal foi um projeto vencedor nesse país. Ele foi vencedor na época da independência, quando assegurou que os nossos liberais, responsáveis pela escravidão des-

se país, jamais assumissem que ela precisava ser eliminada, com a implementação do trabalho livre. Nossos liberais apostaram em uma República Oligárquica, e, ao apostarem nela e levarem o presidente (Getúlio) Vargas¹ ao suicídio, tentaram impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek². Do mesmo modo, tentaram impedir a posse do presidente João Goulart e depois exilaram e mataram o presidente da República.

Mataram-no ideologicamente e eliminaram o PTB. O governador Brizola³ teve que fundar o PDT, porque o PTB foi entregue a quem não era de direito, aos vendilhões do templo, falando biblicamente. Nós temos perdedores e vencedores, e nós, que estamos no meio do povo, perdemos. O povo perdeu, o PTB perdeu, os trabalhadores perderam. Os vencedores estão no poder.

***IHU On-Line* – Lula, então, é um vencedor, mesmo nascendo da luta dos trabalhadores?**

Oswaldo Munteal – Sem dúvidas. O PT, como gancho do liberalismo econômico e do neoliberalismo, é a última esperança dos conservadores da política e liberais da economia. É o último representante deste grupo que precisa de uma aristocracia operária para se manter no poder. Indiretamente, o governo está sendo muito útil.

***IHU On-Line* – O PT já nasceu vencedor, então?**

Oswaldo Munteal – Não vejo contradições no PT de hoje, como nunca vi contradições no presidente Fernando Henrique Cardoso⁴. Acho que o presidente Lula e o presidente Fernando Henrique Cardoso são muito coerentes em tudo. São Paulo, visto que ambos são paulistas, é muito coe-

¹ **Getúlio Dornelles Vargas** pôs fim, em 1930, à República Velha. Por quatro vezes, foi presidente do Brasil. Sua doutrina e seu estilo político foram chamados de getulismo. Sua herança política é reclamada por pelo menos dois partidos políticos atuais: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

² **Juscelino Kubitschek de Oliveira** foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Foi o responsável pela construção da Nova Capital Federal, Brasília, executando assim o antigo projeto da mudança da capital para promover o desenvolvimento do interior e a integração do País. Durante todo o seu governo, o Brasil viveu um período de desenvolvimento econômico e estabilidade política.

³ **Leonel de Moura Brizola** foi um influente político brasileiro, lançado na vida pública por Getúlio Vargas. Brizola foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em toda História do Brasil. Exerceu também a presidência de honra da Internacional Socialista. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente cinquenta anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência.

⁴ **Fernando Henrique Cardoso** foi presidente do Brasil de 1995 a 2002. É cofundador e, desde 2001, presidente de honra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Atualmente, Fernando Henrique Cardoso atua como professor *at large* no Instituto Watson para Estudos Internacionais, da Universidade de Brown, nos Estados Unidos.

rente em levar o Brasil para o buraco. Não há dúvidas de que São Paulo está sempre fazendo o seu papel, que é arrancar o Brasil do seu trajeto e levá-lo para o buraco. O presidente Fernando Henrique Cardoso sempre disse: “Nós não temos uma burguesia nacional competente para alavancar o país. Então, nos resta endividar o país e criar laços com o capital estrangeiro”. E ele fez isso.

Já o Lula sempre disse: “Eu não sou socialista, não sou de esquerda. Sou cristão, acredito na caridade”. E está aí: Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Trabalho, 13º da Bolsa Família, coisas que me impressionam, que eu nunca tinha visto. Não vejo nenhuma contradição, então, entre esses dois presidentes. Existem várias correntes, mas a dominante é a de um partido sindicalista.

Lênin⁵ dizia: “O sindicalismo não é para governar. É linha acessória do poder. Eles não têm capacidade para isso”. Uma coisa é ter utopia de um Brasil melhor, outra coisa é ser esperto. Você pode ser uma ratazana e chamar o outro que quer um Brasil melhor de utópico, de ingênuo. Eu prefiro ser ingênuo a ser um rato. João Goulart tinha uma utopia, a utopia das reformas. Chamara-no de presidente utópico, ingênuo, otário.

Voltando ao Lênin, é essa a ideia. Não é que não tenha esperteza: é que o sindicalismo faz parte da política tradicional. Não podemos nos enganar. O sindicalismo é, talvez, o resultado, do pragmatismo político, tal e qual o Fernando Henrique Cardoso o pensou. Para mim, PT e PSDB são partidos siameses. Qual é a contradição do Malan⁶ em relação ao Mantega⁷? A política econômica é a mesma. É claro que tem tópicos, o país e a discussão nacional estão mais politizados. O PFL é uma

oposição que não dá para levar a sério: logo, se alia a qualquer coisa que se mova.

Então, a rigor, o Brasil é um país sem oposição. Está praticamente todo mundo do mesmo lado. Lula foi perguntado sobre os seus concorrentes e disse que não há ninguém como ele, pois os outros são muito sem graça⁸. Em relação a 1964, o povo brasileiro tem uma visão traumática. E o Lula, quer queira, quer não, tem uma imagem antiditadura. Eu acho que esse símbolo ainda é muito forte para o Brasil. Nós ainda não nos recuperamos totalmente de 1964.

IHU On-Line – Compreender o personagem político do Jango faz com que a gente compreenda melhor o Brasil de hoje?

Oswaldo Munteal – O personagem João Goulart ainda não foi analisado. Tenho 46 anos de idade e, como pesquisador e professor universitário, com todo respeito aos meus colegas do Centro de Pesquisas, o seu perfil ainda não foi feito. É muito difícil ter visão de Brasil, exige muita maturidade. E a universidade, depois da ditadura, fez um pacto implícito e, talvez, inconsciente: “Nós aceitamos as regras de vocês e garantimos os nossos empregos”. Foi um pacto nefasto com a ditadura. Nós silenciámos e ficamos quarenta anos sem discutir o assunto. Fiquei impressionado quando a Rede Globo fez uma minissérie sobre o Juscelino⁹. Nós escrevemos livros sobre JK, minissérie, um serviço completo sobre JK. Isso mexeu muito com as elites brasileiras.

Conhecer João Goulart oferece um bom entendimento da situação atual. Ele pagou um preço alto pela sua personalidade. No dia 13 de março de 1964, ele expôs as suas ideias e, três

⁵ **Vladimir Ilitch Lenin** foi um revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista, e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. As suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada Leninismo.

⁶ **Pedro Sampaio Malan** foi o Ministro da Fazenda durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Neste período, foi o negociador responsável pela reestruturação da dívida externa brasileira nos termos do plano Brady.

⁷ **Guido Mantega** é o atual ministro da fazenda do Governo Lula. Com a posse de Lula, assumiu primeiro a pasta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (responsável por gerenciamento e cortes na máquina pública), sendo depois transferido para a presidência do BNDES, após a renúncia de Carlos Lessa. Em 27 de março de 2006, Mantega assumiu o Ministério da Fazenda do Brasil, substituindo Antonio Palocci.

⁸ Citação retirada do documentário *Entreatos*, do diretor brasileiro João Moreira Salles.

⁹ É uma minissérie brasileira exibida pela Rede Globo em 2006, baseada na biografia do ex-presidente do Brasil Juscelino Kubitschek. A minissérie foi escrita pela dramaturga Maria Adelaide Amaral.

dias depois, foi golpeado. Disseram que as reformas de João Goulart levaram o Brasil ao caos. Nossas elites são muito cruéis, violentas e apostam em um país atrasado. Ainda está por se fazer um estudo verdadeiro da imagem do Jango. Darci Ribeiro¹⁰ dizia que nós tínhamos cinco “Brasis”, mas, agora, qual é o Brasil verdadeiro?

Sobre o Jango, acho que tem que se fazer justiça. Acho um escândalo um presidente como ele não ter sido anistiado até hoje. Aliás, é o único que não foi anistiado. Acho que deveria existir uma Campanha Nacional pela Lei Revisional de Anistia. E, nessa Lei, os torturadores têm que pagar pelo que fizeram. Acho que precisa ser retomada a discussão da anistia do presidente Goulart. Tive a oportunidade de conversar isso com a família do presidente, através de entrevistas. Acho que essa é uma questão política, não é simplesmente uma história que se perdeu no tempo, ou seja, trata-se de uma questão política atual.

IHU On-Line – Avaliando Jango como presidente, vice-presidente, ministro e outros cargos que ocupou, como define João Goulart?

Oswaldo Munteal – João Goulart foi um reformista utópico, no melhor sentido da palavra, da realização das coisas, de um Brasil para o presente. Fez do trabalhismo de Getúlio Vargas um tra-

balhismo mais avançado. Esse é um grande mérito dele. Ele foi um político com qualidades e defeitos, como todos. João Goulart ficou em evidência de 1954 a 1964 e acho que poucos políticos sofreram uma pressão tão grande quanto ele, em dez anos. Ou seja, do suicídio de Vargas, em 1954, até o golpe, em 1964, poucos políticos passaram por tantas crises pesadas. O vejo como um homem muito atormentado pelas responsabilidades e pelo desafio de levar o Brasil a uma democracia radical.

João Goulart não cerceou nenhum dos seus críticos, mesmo os mais ferrenhos e desleais. Os jornais mais virulentos continuaram atacando o presidente, dia a dia, e ele nunca foi para os meios de comunicação dizer para que parassem de criticá-lo. Ele tinha um estilo próprio. Isso me impressiona do ponto de vista da história da política brasileira contemporânea. A democracia, no país, teve um período muito curto de existência e houve períodos enormes das oligarquias e das ditaduras.

O Ministério de João Goulart foi muito injustiçado. Ele tinha o apoio de figuras como Darci Ribeiro, Evandro Lins e Silva¹¹, Josué de Castro¹², Celso Furtado¹³ e Santiago Dantas¹⁴. Sem contar os intelectuais que estavam por fora disso, como Inácio Rangel¹⁵, Álvaro Vieira Pinto¹⁶ e Nelson

¹⁰ **Darci Ribeiro** é graduado em Sociologia e Política. Com a eleição de Juscelino Kubitschek em outubro de 1955 para a presidência da República, Darci Ribeiro foi convidado a colaborar na elaboração das diretrizes para o setor educacional do novo governo, trabalhando com o pedagogo Anísio Teixeira. Em 1962, foi Ministro da Educação e Cultura. Em 1964, o agravamento da crise político-institucional culminou com a deflagração do movimento político-militar, que depôs o presidente Goulart em abril. Nessa ocasião, Darci foi um dos poucos membros do governo a tentar organizar uma resistência em defesa do regime democrático.

¹¹ **Evandro Cavalcanti Lins e Silva** foi jurista, jornalista, escritor e político. Foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, em 1947, juntamente com Rubem Braga, Joel Silveira, entre outros. Foi também Ministro das Relações Exteriores em 1963.

¹² **Josué de Castro** viveu três fases da história nacional (divisão proposta por Boris Fausto). De 1930 a 1945, vive sob o governo de Vargas; de 45 a 64 vive a curta experiência democrática; e de 64 até 73 presencia a tomada de poder por parte dos militares. Já com relação ao contexto político internacional, Josué de Castro testemunha os horrores da Segunda Guerra Mundial e vive intensamente a polarização do mundo em torno de EUA e URSS durante a Guerra Fria.

¹³ **Celso Monteiro Furtado** foi um importante economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia.

¹⁴ **Francisco Clementino de San Tiago Dantas** foi deputado federal, ministro das Relações Exteriores, Ministro da Fazenda e um dos criadores, juntamente com Afonso Arinos e Araújo Castro, da chamada “política externa independente”, inicialmente implantada no Governo Jânio Quadros.

¹⁵ O economista **Inácio Rangel**, junto com **Celso Furtado**, foi um dos grandes pensadores do desenvolvimentismo da economia brasileira. É considerado um pensador com influência marxista.

¹⁶ **Álvaro Vieira Pinto** é reconhecido como um dos maiores filósofos brasileiros de todos os tempos. Ganhou projeção a partir de 1956, quando passou a chefiar o Departamento de Filosofia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). É considerado dos mais articulados pensadores da tecnologia.

Werneck Sodré¹⁷. Estes homens foram esquecidos do cenário político brasileiro; parece até que não existiram. Foi um Ministério muito competente, que deu âncora às reformas. O presidente não fez isso sozinho. Outro aspecto importante foi o trabalho de equipe. Aquele Ministério atuou como grupo de trabalho, sem alarde, sem pirotecnia política. Trabalharam com sustentação. O Ministério João Goulart foi, sem dúvidas, o melhor e mais qualificado que o país já teve.

Estou desenvolvendo uma pesquisa de pós-doutorado sobre João Goulart e as Reformas. Tenho analisado os escalões do Governo, figuras notáveis que trabalhavam dia a dia nos projetos. Paulo Freire¹⁸ trabalhava na alfabetização; Anísio Teixeira¹⁹, no Ensino Médio; e Darci Ribeiro, no Ensino Superior. A UNB, criada em 1960, com JK, avança, o que não pode ser esquecido. O projeto de nação estava sendo estruturado ali. O professor Celso Furtado dizia que o Brasil viveu, com o golpe, uma construção nacional interrompida.

Durante o período Vargas, com todas as críticas, o Brasil se estruturou. Avançou no período do Goulart e perdemos o passo com a ditadura.

A ditadura fragmentou muito a intelectualidade. Fez com que tivesse, de um lado, dramaturgos; do outro, cineastas; de outro, professores e cantores. Especializamos a cultura. No período Jango, tínhamos uma classe artística que tinha ligações. Vandrê²⁰, como cantor, sabia quem era Oduvaldo Viana Filho²¹, que sabia quem era Glauber Rocha²². Chico Buarque²³ tem uma frase perfeita, a qual diz que “A ditadura emburreceu o Brasil”. Estamos com um desafio muito grande, muito mais complexo do que em 1964. Se me pergunto onde o Jango estaria politicamente hoje, penso que, em termos de sigla, em lugar nenhum. O trabalhismo, engatado com outras experiências nacionais, não voltará. Deu os últimos passos com Brizola. É preciso que esta experiência avance, porque o que nós temos hoje está muito longe do trabalhismo.

¹⁷ **Nelson Werneck Sodré**, até o início da década de 1950, teve brilhante carreira militar, mas foi afastado em 1951 devido às posições nacionalistas e esquerdistas que assumiu. Desde a criação do ISEB, em 1956, até a sua extinção, com o golpe militar de 1964, Sodré era responsável pelo Curso de Formação Histórica do Brasil. Duas semanas após o golpe militar, Sodré teve os seus direitos políticos cassados por dez anos pela Junta Militar que assumiu o poder. Optou por não se exilar e dedicou-se, nos anos seguintes, a resistir da única forma que lhe parecia ser possível: escrevendo. Como os demais meios de comunicação lhe foram interditados, passou a escrever livros.

¹⁸ O educador **Paulo Reglus Neves Freire** destacou-se por seu trabalho na área da Educação Popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

¹⁹ **Anísio Spínola Teixeira** foi advogado, intelectual, educador e escritor. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em detrimento da memorização.

²⁰ **Geraldo Vandrê** foi cantor e compositor. Em 1966, chegou à final do Festival de Música Popular Brasileira da TV Record com o sucesso “Disparada”, interpretada por Jair Rodrigues. A canção arrebatou o primeiro lugar ao lado de “A banda”, de Chico Buarque. Em 1968, participou do III Festival Internacional da Canção com “Pra não dizer que não falei de flores” ou “Caminhando”. A composição era um hino de resistência contra o governo militar.

²¹ **Oduvaldo Vianna Filho** (Vianinha) foi dramaturgo, ator e diretor de teatro e televisão brasileiro. espírito polêmico e sempre muito combativo, Oduvaldo Vianna Filho fez parte do Teatro de Arena.

²² O cineasta **Glauber de Andrade Rocha** começou a realizar filmagens ao mesmo tempo em que ingressou na Faculdade de Direito da Bahia. Sempre controverso, escreveu e pensou cinema. Queria uma arte engajada ao pensamento e pregava uma nova estética, uma revisão crítica da realidade. Era visto pela ditadura militar que se instalou no país, em 1964, como um elemento subversivo.

²³ **Francisco Buarque de Hollanda** é filho de Sérgio Buarque de Holanda, um importante historiador e jornalista brasileiro. É músico, cantor, compositor, teatrólogo e escritor. Ameaçado pelo Regime Militar no Brasil, esteve exilado na Itália em 1969, onde chegou a fazer espetáculos com Toquinho. Nessa época teve suas canções “Apesar de você” (alusão negativa ao presidente Emílio Garrastazu Médici) e “Cálice”, censuradas pela censura brasileira.

Nacionalismo e antiamericanismo: a legalidade e a política externa norte-americana

Entrevista com Carla Simone Rodeghero

Entre vários desdobramentos oriundos da Campanha da Legalidade, em 1961, um deles, segundo a professora Carla Simone Rodeghero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, é o fato de que “as forças que garantiram a posse do Jango sentiram que tinham a possibilidade de interferir na política nacional. Isso trouxe uma sensação de vitória e essa vitória criava a expectativa de novas conquistas”. Para ela, a Legalidade ajudou a criar uma consciência política no período de 1961 a 1964 e ficou para muitas pessoas que participaram e assistiram como um marco na percepção sobre o mundo. Na entrevista que concedeu por telefone para a jornalista Graziela Wolfart da **IHU On-Line** e publicada no sítio do IHU em 08 de agosto de 2011, Carla considera a Campanha da Legalidade como “um exemplo de participação política, de sucesso de iniciativa política, que marcou muito aqueles que tiveram atuação política entre 1961 e 1964”. E completa: “para o Rio Grande do Sul, o movimento da legalidade aparece como um momento importante para a constituição de uma consciência política, até para essa ideia de que o Rio Grande do Sul é um estado bastante politizado, para essa imagem que os gaúchos criaram de si”.

Doutora em História, Carla Simone Rodeghero é professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFRGS. É autora dos livros **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)** (Passo Fundo: Ediupf, 1998) e **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano**

(1945-1964) (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007). Tem desenvolvido e orientado pesquisas sobre anticomunismo, ditadura, anistia, memória e história oral. Ela estará na Unisinos participando do **Seminário 50 anos da Campanha da Legalidade: memória da democracia brasileira**, promovido pelo IHU de 18 de agosto a 1º de setembro de 2011.

IHU On-Line – Como a senhora define a política diplomática norte-americana no contexto da Campanha da Legalidade?

Carla Simone Rodeghero – No momento em que acontece o movimento da legalidade, os Estados Unidos estavam inaugurando uma nova política para a América Latina, a Aliança para o Progresso. Tratava-se de uma resposta à Revolução Cubana, marcada pela lógica de que a propagação da revolução na América Latina poderia ser barrada por ampla ajuda econômica, que mostrasse que a democracia (e, não dito, o capitalismo) poderia garantir crescimento econômico e melhores condições de vida. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos vinham investindo no reerguimento econômico da Europa e países como o Brasil tinham dificuldade em conseguir recursos de programas de governo para governo. Havia, sim, a pressão para que se criassem canais para a entrada de capitais privados norte-americanos, o que foi mais dificultado em alguns momentos (como no segundo governo Vargas) e mais facilitado em outros (durante o governo JK). Sobre a política externa norte-americana, é preciso dizer ainda que ela era marcada for-

temente pelo anticomunismo. Depois de 1959, com Cuba, o olhar norte-americano se dirige com muito mais atenção à sua vizinhança.

IHU On-Line – Qual a influência norte-americana nos rumos políticos brasileiros a partir do contexto da legalidade e da posse de Jango?

Carla Simone Rodeghero – Realizei uma pesquisa com documentos de agências diplomáticas norte-americanas que funcionaram no Brasil, onde analisei como os norte-americanos avaliavam as campanhas anticomunistas em curso no Brasil entre 1945 e 1964. Acompanhando esse tema, foi possível perceber a preocupação que os norte-americanos tinham em relação a certas características da política brasileira. Uma delas era a forte presença do Estado na economia. Em muitos momentos fica explícito como os norte-americanos consideravam isso prejudicial para a economia e o desenvolvimento do Brasil, bem como o fato de que não se abriam os mercados, não se criavam as facilidades para que os capitais estrangeiros, no caso os capitais norte-americanos, aqui estivessem presentes. Ainda em 1945, último ano do Estado Novo, e depois no segundo governo Vargas, havia uma dificuldade de entender e aceitar que essa presença do Estado na economia pudesse ser positiva para o Brasil. E isso acabava também sendo visto de forma negativa pelo fato de que, muitas vezes, a bandeira do nacionalismo era entendida pelos norte-americanos como muito próxima da bandeira do comunismo. Então, acabavam se mesclando “perigos” que os norte-americanos viam em termos de política com as preocupações econômicas. Esses políticos que são herdeiros do getulismo, como foi o caso de Jango e Brizola, carregam – a partir do olhar norte-americano – esses “defeitos” que foram construídos pelo getulismo. Entre esses “defeitos” estão a questão da forte presença do Estado na economia e uma certa tolerância em relação às organizações trabalhistas e sindicais. Essa tolerância faria com que os agitadores comunistas pudessem ter mais espaço de atuação. Quando ocorre o movimento da legalidade e a posse do Jango, os norte-americanos não vão se colocar explicita-

mente contra a posse, porque é difícil na posição em que estão se colocar contra algo que está na Constituição. No entanto, eles têm muitas desconfianças em relação ao Jango e ao rumo que ele iria dar para seu governo. Esse rumo poderia ser (e o medo era esse) a radicalização daquelas tendências que já vinham do governo de Getúlio Vargas. As desconfianças que Jango herda são extremadas na sua pessoa, e foram manifestadas por aqueles que encabeçaram a tentativa de impedimento da sua posse. Eles consideravam inviável a posse de Jango, pois ele tinha uma história de aproximação com os trabalhadores, uma história de tolerância em relação às manifestações, às greves, à participação de sindicalistas do partido comunista.

IHU On-Line – Qual o papel dos militares enquanto atores políticos durante a Campanha da Legalidade?

Carla Simone Rodeghero – Se houve, desde o momento em que Vargas assume o poder, em 1930, e ao longo do Estado Novo, um forte apoio militar a ele e à ditadura do próprio Estado Novo, esse apoio começa a diminuir no ano de 1945, com toda a campanha pelo fim deste Estado e com a aproximação mais efetiva de Vargas com os trabalhadores a partir da criação do Partido Trabalhista Brasileiro e do apoio que Vargas recebeu do Partido Comunista. A partir de 1945, começa a ficar bem clara a divisão entre militares: os que veem de forma positiva esse projeto nacionalista e trabalhista de Vargas, e outros que começam a considerar essa aproximação com os trabalhadores e com o comunismo uma coisa negativa. Vão se construindo diferentes grupos políticos entre os militares. A política está entre as forças armadas desde muito antes do golpe. Entre esses militares teremos os pró-Vargas e os contrários a ele. Aqueles contrários a Vargas vão ser próximos do principal partido de oposição, que é a UDN e vão se revoltar em vários momentos; tentarão impedir a posse do JK, e alguns deles irão organizar rebeliões durante o governo de Juscelino e outros, ocupando esse postos nos ministérios militares do governo Jânio, vão tentar impedir a posse deste último. Só que além desses militares, que geralmente são oficiais da alta hierarquia, toda a discus-

são em torno do projeto de desenvolvimento, da criação da Petrobras, em 1954, vai fazendo com que setores subalternos das forças armadas comecem a se interessar por política e comecem a fazer com que aquelas divisões entre oficiais e subalternos, entre a alta e a baixa hierarquia dentro das forças armadas, comecem a ganhar uma dimensão mais política e não só corporativa. Em 1961, teremos um protagonismo importante de cabos e de sargentos que vão decidir pelo apoio à Constituição. Ou seja, a Constituição diz que o vice-presidente ocupa o lugar do presidente nesses casos e a Constituição deve ser cumprida. Esses militares subalternos não tomam por acaso essa iniciativa em 1961 em Porto Alegre. Essa iniciativa é resultado de um processo de discussão política que já acontecia dentro das forças armadas e que não atingia esses subalternos, que sempre se sentiram muito desprezados, desvalorizados, e aos poucos começaram a perceber que a sua atuação tinha que ser também política, no âmbito do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e que poderiam, a partir dessa participação, mudar a sua condição como membros das forças armadas.

IHU On-Line – Quais os principais desdobramentos ou marcas políticas que o movimento da legalidade deixa no Brasil?

Carla Simone Rodeghero – Os fatos que são conhecidos como movimento da legalidade são as respostas dadas a partir do Rio Grande do Sul, do governador Brizola, à tentativa de impedimento da volta e da posse de João Goulart. Houve muitas facetas nos acontecimentos que marcaram essas duas semanas que foram o movimento da legalidade. A principal faceta é a liderança de Leonel Brizola e da mobilização bastante eficaz que ele inicia e que tem a dimensão da rede da legalidade, das emissoras de rádio que passaram a divulgar os discursos do governador – sempre muito inflamados – em defesa da volta de Jango e em defesa de várias outras bandeiras que faziam parte desse projeto nacionalista, trabalhista, getulista. Uma das outras facetas é a preparação militar em torno do Palácio Piratini e a importância que nessa preparação militar tiveram esses oficiais da Brigada Militar e militares subalternos, tanto da Bri-

gada como das forças armadas e quartéis do Exército, e também de unidades da Aeronáutica. Aí temos a questão da ordem de que o Piratini fosse bombardeado e do protagonismo dos sargentos que, em Canoas, desmontaram as bombas, esvaziaram os pneus dos aviões, impedindo que decolassem. Junto com isso, temos a mobilização popular, porque muitas pessoas passaram a se dirigir às imediações do Palácio Piratini, com cartazes e faixas de apoio à posse do Jango, à iniciativa de Brizola. Isso também revela que existem setores dentro da sociedade gaúcha que são solidários à proposta do Brizola. Naquele momento, a população na rua foi sensibilizada e conquistada pelo discurso em prol da legalidade. O fato de que Brizola já tinha sido prefeito de Porto Alegre e que já estava, havia alguns anos, como governador do estado facilitou para que ele conseguisse capitalizar apoios conquistados a partir de diversas iniciativas. Por exemplo, Brizola se destacou muito em relação a tudo o que fez pela educação.

O principal desdobramento da legalidade, então, é a posse do Jango, que não acontece da forma como seria esperada por Brizola e por aqueles que apoiaram a campanha, já que é uma posse sob o regime parlamentarista, na intenção de diminuir os poderes de João Goulart. Jango aceita o parlamentarismo, como indício de que talvez estivesse mais disposto a negociar do que o próprio Brizola, e se inicia um governo com base na desconfiança, na oposição, tendo que provar que não é o que se imagina que seja. O governo de Jango, para se sustentar e sobreviver dentro do regime que foi imposto, precisava conciliar forças. Por outro lado, aquelas forças que garantiram a posse do Jango sentiram que tinham a possibilidade de interferir na política nacional. Isso trouxe uma sensação de vitória e essa vitória criava a expectativa de novas conquistas.

Outro grande desdobramento do movimento da legalidade é o distanciamento da posição que Jango e Brizola assumem. Logo depois, em novembro de 1962, Brizola será eleito deputado federal pela Guanabara, o estado politicamente mais importante do Brasil naquele momento. E ele se coloca no centro das discussões políticas nacionais. Com isso, os norte-americanos se questio-

navam, com preocupação, até que ponto a política radical de Brizola estaria conduzindo o governo de Jango. Às vezes eles diziam que Jango era um cara muito fraco, pressionado por Brizola e utilizado pelos comunistas. E, de alguma maneira, ele poderia dar um “golpe branco”, visando mudar a Constituição e garantir sua reeleição e sua permanência no poder. Era algo paradoxal. Em alguns momentos, ele era visto como sendo muito esperto, porque iria conseguir utilizar o apoio de Brizola e dos comunistas para permanecer no poder; e, em outros momentos, ele aparecia como muito fraco, como alguém que estava no poder, fazendo, sem se dar conta, aqueles planos do Brizola e dos comunistas.

IHU On-Line – Como compreender que os brigadianos engajados na Campanha da Legalidade viam em Brizola a figura de um líder? Que características de Brizola o constituíam como um líder para esses militares?

Carla Simone Rodeghero – Como a Campanha da Legalidade teve uma dimensão de preparação armada, isso fez com que os brigadianos ficassem muito próximos do Brizola. Eles eram indispensáveis à conquista do que Brizola estava pensando. Talvez a impetuosidade e o carisma de Brizola de propor muitas vezes aquilo que estava longe do alcance tivessem conquistado esses brigadianos. O fato de que Brizola assume como deputado, e não mais num cargo do poder Executivo, é algo que cria mais facilidades para que se expressem e proponham certas coisas. Naquela época não havia nenhuma liderança com a disposição e com a visibilidade que tinha o Brizola, que pudesse ser escolhido como um líder.

IHU On-Line – Considera a legalidade como uma campanha nacionalista?

Carla Simone Rodeghero – Sim, por ser uma campanha que defende a posse de um presidente

herdeiro de um projeto nacionalista que foi iniciado por Getúlio Vargas.

IHU On-Line – Em que medida a Campanha da Legalidade contribui para a constituição e consolidação da democracia no Brasil?

Carla Simone Rodeghero – Muita gente fala mal da democracia que tivemos entre 1945 e 1964, que teria sido marcada pelo populismo, pela demagogia, e essa foi uma interpretação muito forte quando aconteceu o golpe e não houve resistência nenhuma. Esses 19 anos talvez tenham sido a primeira experiência de democracia com livre funcionamento dos partidos, da imprensa, do Congresso Nacional, das assembleias legislativas. Construiu-se um mito em torno da Campanha da Legalidade, principalmente a partir de 1979, quando Brizola volta. Temo que as comemorações oficiais do cinquentenário da legalidade simplesmente retomem esse mito, acriticamente.

IHU On-Line – Podemos afirmar que o movimento da legalidade ajudou a formar uma consciência política no Brasil? O que resta disso ainda hoje?

Carla Simone Rodeghero – A legalidade ajudou a criar uma consciência política no período de 1961 a 1964 e ficou para muitas pessoas que participaram e assistiram como um marco na percepção sobre o mundo. É um exemplo de participação, de sucesso de iniciativa política, que marcou muito aqueles que atuaram entre 1961 e 1964. Deste ano em diante, teremos quase que uma proibição de tocar no assunto e de se referir de forma positiva a essas lideranças e a esse evento que foi a Campanha da Legalidade. Para o Rio Grande do Sul, este movimento aparece como um período importante para a constituição de uma consciência política, e até para essa ideia de que o Rio Grande do Sul é um estado bastante politizado, para essa imagem que os gaúchos criaram de si.

João Goulart entre a memória e a história

Entrevista com Marieta de Moraes Ferreira

Na opinião da professora Marieta de Moraes Ferreira, a Campanha da Legalidade pode nos ajudar a refletir sobre a importância da participação política. “Ainda hoje esse exemplo da mobilização política em torno de grandes bandeiras de interesse da sociedade brasileira é algo que pode contribuir para o nosso aprendizado político”, explica. Na entrevista concedida por telefone para a jornalista Graziela Wolfart da **IHU On-Line**, e publicada no sítio do IHU em 08 de agosto de 2011, Marieta defende que “a Campanha da Legalidade faz parte dessa cultura política brasileira de acionar a população em torno de valores importantes para garantir a democracia no país. Ainda temos muito a conquistar, mas o Brasil cada vez mais tem aprimorado e valorizado os princípios de uma cultura democrática”.

Marieta de Moraes Ferreira é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Realizou pós-doutorado na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales – EHSS, Paris. É editora executiva da Editora FGV e professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/UFRJ desde 1988. Publicou o livro **Em busca da Idade do Ouro** (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002), e organizou **João Goulart: Entre a Memória e a História**, (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006). Ela estará na Unisinos participando do **Seminário 50 anos da Campanha da Legalidade: memória da democracia brasileira**, promovido pelo IHU de 18 de agosto a 1º de setembro de 2011.

IHU On-Line – Como a senhora define João Goulart enquanto personagem histórico e

político? Qual sua contribuição para a história política do Brasil, principalmente na época do golpe militar de 1964?

Marieta de Moraes Ferreira – Existe uma memória em torno da figura de João Goulart durante o período da ditadura militar, e mesmo posteriormente, que é ou muito negativa ou de silenciamento. Sempre eram destacados elementos negativos da sua personalidade, como fraqueza e incompetência. Essa memória não se sustenta a partir de uma pesquisa histórica mais consistente. João Goulart estava longe de ser esse político incompetente, desastrado, incapaz de fazer avaliações adequadas sobre a conjuntura. Por exemplo, se acompanharmos sua atuação como ministro do trabalho de Getúlio Vargas, no período de 1953, veremos que teve um papel importante como negociador de greves que estavam ocorrendo no país. Ele também levou as agências do Ministério do Trabalho para vários estados da federação, no intuito de fazer valer a legislação trabalhista já implementada pelo governo Vargas. Goulart foi presidente do PTB durante vários anos e, como tal, teve um papel importante na organização do partido, bem como na incorporação de novas demandas. Depois, quando empossado presidente da República, em 1961, catalisou as chamadas reformas de base que a sociedade brasileira estava demandando naquele momento, especialmente a questão da reforma agrária. Jango estimulou o processo de sindicalização rural, que normalmente é algo pouco explorado, bem como o desenvolvimento dessa noção de trabalhador do campo. Todos esses aspectos foram muito importantes do ponto de vista da atuação de Goulart. Com o golpe militar, ele foi deposto. E algu-

mas vozes o acusam pelo fato de não ter embarcado na proposta de organizar uma resistência armada quando começou o movimento militar que depôs o seu governo. Mas, na verdade, hoje fica evidente que João Goulart teve uma posição acertada, porque teria sido muito difícil se ele tivesse optado por uma defesa armada contra os elementos que estavam articulando o movimento militar em 1964. Depois, já durante a vigência do golpe, um fato importante foi a chamada Frente Ampla, quando João Goulart aceitou conversar com Carlos Lacerda e com outras lideranças políticas que tinham apoiado o movimento militar, mas que posteriormente haviam se desencantado. O próprio Lacerda foi cassado. João Goulart participou dessas negociações, mas a Frente Ampla também não foi adiante. É importante destacar que as dificuldades que eram das esquerdas brasileiras da época foram atribuídas a ele. João Goulart tinha uma posição mais cautelosa, mas ele era o tempo todo pressionado e instado para radicalizar por Brizola e por outras lideranças do PTB e outras forças políticas de esquerda da época.

***IHU On-Line* – Quais foram os principais impasses de seu governo?**

Marieta de Moraes Ferreira – Dois problemas foram mais complexos. Um era a questão da reforma agrária. Havia uma pressão muito grande dessas forças de esquerda e de próprios setores do PTB, que lutavam por uma legislação que permitisse a reforma agrária por meio de uma mudança da Constituição, que possibilitasse ser as desapropriações pagas com títulos da dívida pública. Esse ponto criou uma polêmica muito grande e uma resistência por parte de setores que não concordavam com essa mudança. Consequentemente, isso entravava o avanço da reforma agrária. Até que Jango, já nos momentos finais, vai tentar aprovar essa medida à revelia das resistências dos partidos de centro e de direita. Isso efetivamente foi um impacto muito grande em seu governo. Outro problema complexo foram as revoltas militares no final de seu governo, o que colocou para as altas patentes um temor pela quebra da hierarquia militar.

***IHU On-Line* – Como define o contexto social e político brasileiro da época da Campanha da Legalidade?**

Marieta de Moraes Ferreira – Estávamos iniciando a década de 1960, com uma mobilização política muito grande na sociedade brasileira, depois do governo JK. A própria eleição de Jânio Quadros para presidente já mostrou uma mobilização e, por outro lado, uma polarização política. Foi eleito um candidato a presidente apoiado pela UDN e um vice-presidente – no caso, Jango – apoiado pelo PTB. A vitória desses dois nomes já indica uma polarização das forças políticas e partidárias da sociedade brasileira. Por outro lado, a renúncia prematura de Jânio Quadros e a colocação em pauta da posse do Jango expressaram essas dificuldades e contradições que já tinham se mostrado na eleição presidencial, porque Jango representava as forças mais à esquerda, vinculadas às camadas populares. Consequentemente, a eleição para presidente não tinha sido de um candidato afinado com essas ideias. Logo, manifestaram-se reações contra a posse do Jango. Setores das forças armadas queriam impedir a sua posse. Se, por um lado, houve um processo de negociação no sentido de mudar a forma de governo para um regime parlamentarista, por outro lado, a Campanha da Legalidade teve um papel importante no sentido de forçar a posse do Jango na medida em que ela se apoiava, como o próprio nome já diz, na legalidade. As forças políticas que estavam angariando e apoiando essa campanha pelo direito à posse do Jango na presidência da República estavam amparadas num princípio muito forte, que era a legalidade, o respeito à Constituição, que dizia que, na falta do presidente da República, o vice deveria tomar posse. Em nome disso, havia uma mobilização da população, das várias camadas sociais e mesmo de setores mais conservadores, que achavam que a Constituição deveria ser respeitada. Isso ajudou muito Brizola que lança, a partir do Rio Grande do Sul, a Campanha da Legalidade, desde uma cadeia de rádio que começa a produzir notícias e a colocar no ar programas e falas de personagens apoiando a posse do vice-presidente.

IHU On-Line – Como era a relação de Jango com o seu partido, o PTB?

Marieta de Moraes Ferreira – Jango teve um papel muito importante no PTB desde o final do governo Vargas. Este partido tinha muitos conflitos internos, disputas, e Getúlio traz Jango para sua liderança no intuito de que ele pudesse melhor organizá-lo e pacificá-lo. A partir do final dos anos 1950, já começaram a haver algumas dificuldades, porque dentro do próprio PTB havia setores que pretendiam radicalizar nessa luta política pela aprovação das chamadas reformas de base, e o próprio Brizola era uma voz que, durante o governo João Goulart, teve uma presença muito forte no sentido de levar a uma maior radicalização política. Na época, usava-se muito a expressão “reforma agrária na lei ou na marra”. Ao longo do seu governo, Jango teve apoio de setores do seu partido, mas também sofreu pressão no sentido de que ele avançasse na implementação de certas iniciativas e medidas econômicas e políticas que criavam um conflito muito grande com outros setores da sociedade. A liderança dele sobre PTB durante seu governo foi bastante problemática. Em vários momentos ocorreram impasses.

IHU On-Line – Como era a relação de Jango com Getúlio Vargas e com Brizola?

Marieta de Moraes Ferreira – A relação de Jango com Getúlio foi sempre de profunda admiração. Getúlio Vargas foi seu grande mestre e seu iniciador na vida política. Havia admiração e confiança mútua entre os dois. Mesmo nos momentos de dificuldades, quando Vargas é obrigado a retirar Jango do Ministério do Trabalho por pressões

de setores mais conservadores, João Goulart continua indiretamente atuando dentro do ministério. Depois, a própria morte de Vargas mostra o tipo de confiança que Getúlio tinha em Jango, quando dá a ele a Carta Testamento. De fato, havia uma preocupação de Jango, mesmo nos momentos posteriores, de manter determinados princípios e aprendizados do funcionamento da política que tinha absorvido do seu contato com Vargas. Já com Brizola a situação foi muito diferente. Jango teve muitos dissabores e divergências com Brizola, principalmente quando este o pressionou para que resistisse e Jango optou por não exercer essa resistência.

IHU On-Line – Em que medida o episódio da legalidade nos ajuda a compreender as questões políticas do Brasil de hoje?

Marieta de Moraes Ferreira – A legalidade pode nos ajudar a refletir sobre a importância da participação política. Outras campanhas que também tentaram mobilizar a população foram a campanha das diretas e do impeachment do Collor. Algumas dessas campanhas foram vitoriosas, outras não, mas ainda hoje esse exemplo da mobilização política em torno de grandes bandeiras de interesse da sociedade brasileira é algo que pode contribuir para o nosso aprendizado político. A Campanha da Legalidade faz parte dessa cultura política brasileira de acionar a população em torno de valores importantes para garantir a democracia no país. Ainda temos muito a conquistar, mas o Brasil cada vez mais tem aprimorado e valorizado os princípios de uma cultura democrática.

O Jango da memória e o Jango da História

Entrevista com Lucília de Almeida Neves Delgado

Ao refletir sobre o episódio da legalidade, é impossível não falar de João Goulart, personagem central do episódio ao lado de Brizola. O ex-presidente é o tema principal da entrevista concedida à jornalista Graziela Wolfart por e-mail pela professora Lucília de Almeida Neves Delgado, da UNB, e publicada em 8 de agosto de 2011 no sítio do IHU. Para ela, “Jango foi herdeiro dileto de Getúlio Vargas, mas em muitos aspectos diferenciou-se do velho estadista, que paradoxalmente foi também um ditador. Jango bebeu nas águas do getulismo, mas criou sua própria marca, de um trabalhismo mais moderno e arrojado. Penso que ainda precisamos fazer jus à sua memória e à sua trajetória, não de uma forma ufanista e inconsequente, mas sim reconhecendo seus limites e suas qualidades de homem público”. Lucília também fala sobre o PTB, e o coloca como “filho do getulismo, mas um filho que ganhou autonomia de voo à medida que foi se consolidando como partido. O PTB jamais deixou de ser getulista, mas passou a ser mais do que somente getulista. Com o tempo ficou mais trabalhista do que getulista”.

Lucília de Almeida Neves Delgado é professora dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UNB. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Ciências Humanas/Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É autora de, entre outros, **Comando Geral dos trabalhadores no Brasil (1961-1964)** (Petrópolis: Vozes, 1986); e **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)** (São Paulo: Marco Zero, 1989).

IHU On-Line – Como ficou desenhada a figura política de João Goulart na memória e no imaginário social brasileiro?

Lucília de Almeida Neves Delgado – Infelizmente, João Goulart, que foi um dos maiores líderes trabalhistas do Brasil, é um grande injustiçado pela História. Deposto por um golpe político em 1964, teve sua memória estigmatizada e desqualificada pelos militares, que precisavam justificar o rompimento da ordem democrática e sua ascensão ao poder político da nação brasileira por uma via não constitucional e não democrática. Após o golpe de 1964, toda política oficial em relação a João Goulart teve duas orientações: desqualificação e urdidura do esquecimento. Os jornais, sob censura, foram relegando notícias sobre Goulart a um segundo plano. Parte da intelectualidade de esquerda, com base na teoria do populismo, também considerou Jango um político ou inexpressivo ou pouco competente e, finalmente, segmentos de esquerda que atuaram na luta pela democratização do país, a partir do final da década de 1970, também desconsideraram a importância de Goulart na política brasileira, pois queriam ser identificados como os melhores e talvez os únicos representantes da esquerda na História do Brasil. Só recentemente passamos a verificar um esforço por parte de historiadores e outros intelectuais no sentido de reavaliar a presença de Jango na História do Brasil e de reconsiderar sua importante contribuição como líder trabalhista brasileiro. A mais recente publicação que reavalia a trajetória política de Goulart é a alentada e bem fundamentada biografia escrita por Jorge Ferreira, intitulada: *João Goulart. Uma biografia*. Trata-se de um livro den-

so, pioneiro como biografia do ex-presidente e muito consistente nas análises que apresenta. Considero também, que o livro de minha autoria, escrito em 1989 e agora lançado em segunda edição pela LTr, também faz jus à importância de Goulart como líder político trabalhista que abraçou a causa do reformismo social.

IHU On-Line – Existem diferenças entre o Jango da memória e o Jango da História?

Lucília de Almeida Neves Delgado – Claro que sim. O Jango da memória que inclui o esquecimento é apresentado como um político píffio, incompetente e demagogo. O Jango da História é um político que apresenta uma trajetória consistente, que incluiu vitórias eleitorais expressivas e a participação em cargos como deputado estadual, deputado federal, Ministro do Trabalho, vice-presidente da República, por duas vezes, e, por fim, presidente do Brasil. Além disso, foi presidente do PTB, partido ao qual foi filiado desde tenra idade. Sua coerência como político trabalhista, preocupado com causas sociais, reformistas e nacionalistas, é um marco importante de sua trajetória. Como presidente da República, Goulart governou sob a égide de uma crise institucional profunda. Mesmo assim, fez um governo de importantes realizações. Só a título de registro, podemos lembrar da criação da Eletrobrás, da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, da Lei do Décimo Terceiro Salário e da fundação da Universidade de Brasília. Além disso, cabe também registrar a orientação de sua política externa não alinhada, o que era uma ousadia, no tempo da Guerra Fria.

IHU On-Line – Na trajetória histórica e política do PTB, quais os principais acontecimentos que pontuam o caminho do getulismo ao reformismo?

Lucília de Almeida Neves Delgado – O Partido Trabalhista Brasileiro nasceu ao final do Estado Novo como um partido marcadamente getulista. Sua fundação objetivava também fazer frente à expansão do Partido Comunista quando da redemocratização de 1945. Mas a história do PTB, interconectada à História do Brasil, caminhou na direção da adoção da causa de um reformismo

social profundo e de um nacionalismo contundente. Mesmo tendo na pessoa de Getúlio Vargas uma referência genuína, incorporou uma nova liderança trabalhista, que, podemos dizer, avançou à esquerda em relação ao programa fundador do partido.

IHU On-Line – Como a história do PTB se relaciona com Getúlio Vargas e com o getulismo?

Lucília de Almeida Neves Delgado – O PTB é filho do getulismo, mas um filho que ganhou autonomia de voo à medida que foi se consolidando como partido. O PTB jamais deixou de ser getulista, mas passou a ser mais do que somente getulista. Com o tempo ficou mais trabalhista do que getulista.

IHU On-Line – Como a senhora define a relação do movimento sindical com o PTB?

Lucília de Almeida Neves Delgado – Trata-se de uma relação umbilical. Muitos dos mais importantes líderes sindicais do Brasil no período de 1945 a 1964 eram também petebistas. Na verdade, o movimento sindical do Brasil naqueles anos contou também com a atuação de lideranças católicas e comunistas, mas os trabalhistas eram, a bem dizer, hegemônicos, em especial no período imediatamente anterior ao golpe político de 1964.

IHU On-Line – Quais os principais pontos da evolução programática do PTB?

Lucília de Almeida Neves Delgado – Certamente foi a adoção da bandeira da reforma agrária e demais reformas de base, a defesa do terceiro-mundismo e um forte nacionalismo. Podemos dizer que, com o passar dos anos, o PTB tornou-se referência de um trabalhismo democrático, orientado por profundas preocupações sociais. Com certeza ficou mais próximo da social-democracia do que da liberal-democracia.

IHU On-Line – Qual era o perfil político-social dos principais dirigentes do PTB?

Lucília de Almeida Neves Delgado – Nos primeiros tempos do partido, eles eram basicamente getulistas. Com o passar do tempo surgiram petebistas mais teóricos e doutrinários. Na sequência,

vieram líderes vinculados ao getulismo, mas com marcas mais reformistas e menos anticomunistas. Goulart está incluído neste grupo. Já Brizola pode ser identificado como o mais socialista dos dirigentes do PTB.

***IHU On-Line* – Como o catolicismo aparece na conjuntura do governo João Goulart?**

Lucília de Almeida Neves Delgado – O catolicismo, no plano internacional, passou por importantes transformações no final dos anos de 1950 e no decorrer da década de 1960. No Brasil, quando do governo João Goulart, podemos dizer que havia dois grupos no seio do catolicismo. Um mais conservador e outro mais progressista. Os progressistas ganharam força a partir do papado de João XXIII e depois de Paulo VI. O setor mais progressista do catolicismo brasileiro, no início da década de 1960, adotou posições em favor da reforma agrária, da alfabetização universal e da superação do subdesenvolvimento. Esteve ao lado dos movimentos sociais que também abraçavam essas causas. Já o catolicismo mais conservador não apoiava a reforma agrária e nem mesmo a crescente autonomia da sociedade civil. Em 1964, somaram-se aos partidos, militares, organizações sociais e políticos que se uniram para depor João Goulart.

***IHU On-Line* – Após a posse de Jango no regime parlamentarista, qual foi o sentimento da população gaúcha e brasileira?**

Lucília de Almeida Neves Delgado – Parte expressiva da população brasileira e, com certeza da população do Rio Grande do Sul, não concordou com a adoção do parlamentarismo, que foi uma solução negociada para garantir a posse de João Goulart na presidência da República, quando da renúncia de Jânio Quadros. A adoção do parlamentarismo foi, a bem dizer, inconstitucional. Sua inadequação extrema à realidade política brasileira era visível. Pouco tempo depois da sua adoção, a maioria da população brasileira, em um plebiscito, que mobilizou o país, votou pelo retorno ao presidencialismo.

***IHU On-Line* – Podemos considerar Jango o herdeiro político de Getúlio Vargas?**

Lucília de Almeida Neves Delgado – Com certeza, Jango foi herdeiro direto de Getúlio Vargas, mas em muitos aspectos diferenciou-se do velho estadista, que paradoxalmente foi também um ditador. Jango bebeu nas águas do getulismo, mas criou sua própria marca, de um trabalhismo mais moderno e arrojado. Penso que ainda precisamos fazer jus à sua memória e à sua trajetória, não de uma forma ufanista e inconsequente, mas reconhecendo seus limites e suas qualidades de homem público.

“As direitas aprenderam com os acontecimentos de 1961”

Entrevista com Jorge Ferreira

“A Campanha da Legalidade traduz seus próprios propósitos: a manutenção da ordem legal, a preservação do sistema político, o cumprimento da Constituição. Essas bandeiras mobilizaram a sociedade brasileira”. A constatação é do professor Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense – UFF, em entrevista concedida por e-mail à jornalista Graziela Wolfart e publicada na Revista **IHU On-Line** edição 369 de 15 de agosto de 2011. Ele compara o Brasil da legalidade, em 1961, quando “a luta era pela defesa da ordem constitucional vigente (...) as esquerdas e os setores progressistas e democráticos infligiram grande derrota aos golpistas e direitistas”, com o Brasil de 1964, quando “o movimento das esquerdas foi outro. A luta não era pela defesa da Constituição, mas pela implantação de reformas. Reformas que necessitariam de revisão constitucional – para viabilizar, por exemplo, a reforma agrária. As direitas, de maneira hipócrita, defenderam o lema de que ‘a Constituição é intocável’”. E conclui: “as direitas aprenderam com os acontecimentos de 1961”. Ferreira ainda destaca que “Brizola recusou-se a acatar o golpe de Estado. Ele foi a única liderança civil na história contemporânea brasileira a resistir a um golpe militar, dividir as Forças Armadas e derrotar os golpistas”.

Jorge Ferreira é professor de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e autor de **Jango. Uma biografia** (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011). Ele estará na Unisinos participando do **Seminário 50 anos da Campanha da Legalidade: memória da democracia brasileira**, promovido pelo IHU de 18 de agosto a 1º de setembro de 2011.

IHU On-Line – Que aspectos da biografia de Jango são fundamentais para entender o processo da Campanha da Legalidade?

Jorge Ferreira – Creio que duas questões são fundamentais. A primeira, sua formação política fundamentada no regime da democracia representativa. Jango ingressou na política em tempos de grande prestígio da democracia-liberal, em 1945-1946. Esse é um aspecto importante a ser ressaltado. Ele nunca esteve envolvido com propostas de golpes contra as instituições democráticas. Daí sua determinação em tomar posse na presidência da República em cumprimento da Constituição. A segunda, uma característica de sua personalidade. Jango era homem do diálogo, do entendimento, do acordo. Mas acordos que avançassem na questão política e social. Assim, entre aceitar o acordo que implantou o parlamentarismo e o confronto que poderia resultar em guerra civil, ele preferiu a primeira opção.

IHU On-Line – O que significava, naquele contexto, a posse de João Goulart?

Jorge Ferreira – O cumprimento da Constituição e a continuidade do processo democrático. Isso foi conseguido por um amplo acordo no Congresso Nacional e por diversas forças políticas com a implantação do parlamentarismo.

IHU On-Line – Como entender a força da figura política de Brizola no sentido de conseguir levantar o movimento da legalidade aqui do Rio Grande do Sul para todo o país?

Jorge Ferreira – Leonel Brizola despontou na política brasileira, desde 1945, com arrojo políti-

co. Ele e Goulart eram amigos, parentes e correligionários do mesmo partido. Criou-se uma interdependência entre eles. Goulart, no plano nacional, apoiava Brizola no Rio Grande do Sul. Brizola, por sua vez, apoiava Jango nos momentos difíceis. Foi o que ocorreu em agosto/setembro de 1961. Brizola recusou-se a acatar o golpe de Estado. Ele foi a única liderança civil na história contemporânea brasileira a resistir a um golpe militar, dividir as Forças Armadas e derrotar os golpistas. Ele convocou a população para a resistência e, inclusive, distribuiu armas ao povo. A causa era justa e legítima: defender o regime democrático. Daí que seus argumentos foram ouvidos e a população se engajou na luta pela posse de Goulart.

IHU On-Line – O que motivou a atitude de solidariedade política ao governador Brizola por parte da multidão de voluntários civis que aderiram à Campanha da Legalidade?

Jorge Ferreira – Havia na sociedade brasileira fortes vínculos com o sistema de democracia representativa. As tentativas de golpes em agosto de 1954, novembro de 1955 e agosto/setembro de 1961 demonstram que os grupos golpistas não conseguiram arregimentar amplos setores sociais – e inclusive das próprias Forças Armadas – para a consumação do golpe. No Rio Grande do Sul, a população da capital e das cidades do interior engajou-se nesse sentido: a defesa da legalidade e da Constituição. Em Goiás, o governador Mauro Borges, também agiu no mesmo sentido, encontrando amplo apoio de estudantes e operários. No Rio de Janeiro ocorreu o inverso: a população foi para as ruas exigir a posse de Goulart e a polícia civil e militar, a mando do governador Carlos Lacerda, reprimiu duramente as manifestações. Em outras palavras, não foi apenas no Rio Grande do Sul que o povo se engajou na defesa da Constituição, embora tenha sido no estado em que o destino do país foi decidido.

IHU On-Line – O que fez com que o exército mudasse de lado e apoiasse o movimento liderado por Brizola?

Jorge Ferreira – Os militares têm seus códigos de conduta baseados na disciplina e na hierarquia. Contudo, eles não são obrigados a obedecer a or-

dens esdrúxulas ou absurdas. Exemplo disso foi a ordem do ministro da Guerra, Odílio Denys, para que o comandante do III Exército, José Machado Lopes, bombardeasse o Palácio Piratini. O general Machado Lopes tomou uma decisão junto com seu Estado-Maior baseado em cálculos políticos. Para obedecer ao ministro do Exército, teria que matar centenas de pessoas no Palácio Pirantini. Depois, praticar verdadeira carnificina no estado do Rio Grande do Sul. Somente assim ele conseguiria impor a “ordem”. Diante de tamanho custo, ele e seu Estado-Maior preferiram o bom-senso: obedecer à Constituição e à legalidade democrática.

IHU On-Line – Qual o significado político, na época, da mudança de regime de governo para parlamentarismo?

Jorge Ferreira – O parlamentarismo resultou de amplo consenso no Congresso Nacional e entre as forças políticas em conflito. Goulart assumiria a presidência, mas teria seus poderes restringidos.

IHU On-Line – O que caracterizou a resistência popular que levou Jango ao poder?

Jorge Ferreira – A característica marcante daqueles acontecimentos foi a defesa da continuidade do processo democrático. Federações de empresários e associações comerciais, em nota, exigiram o cumprimento da Constituição; sindicatos de trabalhadores em várias partes do país declararam-se em greve, enquanto a diretoria da UNE foi para Porto Alegre; os partidos políticos, inclusive a UDN, defenderam a posse de Goulart, rejeitando a coação dos ministros militares que queriam a votação do impeachment dele; a OAB, a ABI e a CNBB também reiteraram a necessidade do cumprimento da Constituição; as Forças Armadas se dividiram; diversas religiões, de católicos a umbandistas, defenderam a posse de Goulart; até mesmo diretorias de clubes de futebol apoiaram a posse de Jango. O que se observa, nesse momento, é a sociedade brasileira organizada em suas entidades representativas na luta pela continuidade do processo democrático.

IHU On-Line – Como o senhor define a crise política que se abriu com a renúncia de Jânio Quadros e que herança essa crise

deixa para a trajetória histórica da política brasileira?

Jorge Ferreira – Jânio Quadros, nos poucos meses na presidência da República, realizou um governo conservador. Nesse sentido, nada de surpreendente. Mas uma única atitude dele foi extremamente negativa para o processo democrático brasileiro: a renúncia. Com o ato, ele desacreditou o sistema democrático, as eleições, os partidos políticos e todo o sistema representativo. Mais ainda, ele apostou na crise institucional, pois sabia que a posse do vice-presidente criaria graves conflitos políticos no país. Jânio apostou no que poderia acontecer de pior no sistema político brasileiro: o colapso das instituições democráticas.

IHU On-Line – Quais eram os bens simbólicos que estavam em jogo na disputa pela autoridade e legitimidade política durante a Campanha da Legalidade?

Jorge Ferreira – O que estava em jogo, em termos simbólicos, era o significado de democracia. Para os conservadores e direitistas, Goulart e o Partido Trabalhista Brasileiro mantinham diálogo constante com os trabalhadores e o movimento sindical. Para o conservadorismo político brasileiro, a participação do movimento sindical na política era uma ameaça às instituições democráticas. As notas dos ministros militares e os pronunciamentos de Carlos Lacerda são claros nesse sentido. Democracia, nessa concepção, era uma prática elitista que excluía os trabalhadores da participação política. Daí o perigo que a posse de Jango representava. Para as esquerdas e amplas parcelas da população, democrático era manter os fundamentos da Constituição de 1946.

IHU On-Line – Quem foi o grande mito político da Campanha da Legalidade?

Jorge Ferreira – Em termos políticos, sem dúvida Leonel Brizola saiu do episódio com a imagem engrandecida. No governo do Rio Grande do Sul,

ele havia adquirido a admiração das esquerdas e dos nacionalistas com o projeto desenvolvimentista e a escolarização em massa. Seu prestígio cresceu ainda mais quando nacionalizou duas empresas norte-americanas. Lembro que estatizar multinacionais era o grande programa das esquerdas latino-americanas. Mas com o destemor que enfrentou os ministros militares na Campanha da Legalidade, Brizola alcançou prestígio político difícil de ser mensurado. Ao se candidatar como deputado federal pela Guanabara, obteve votação extraordinária. A partir daí, ele aglutinaria diversas esquerdas sob a Frente de Mobilização Popular, radicalizando cada vez mais à esquerda.

IHU On-Line – Em que medida a Campanha da Legalidade influenciou no cenário que constituiu o golpe militar, três anos mais tarde?

Jorge Ferreira – É muito curioso que a sociedade brasileira, tão ciosa da democracia e da legalidade em agosto/setembro de 1961, tenha assistido, praticamente de braços cruzados, à marcha de recrutas do general Mourão em março de 1964. A Campanha da Legalidade traduz seus próprios propósitos: a manutenção da ordem legal, a preservação do sistema político, o cumprimento da Constituição. Essas bandeiras mobilizaram a sociedade brasileira: em 1961, a luta era pela defesa da ordem constitucional vigente. Nesse sentido, as esquerdas, os setores progressistas e democráticos infligiram grande derrota aos golpistas e direitistas. Em 1964, o movimento das esquerdas foi outro. A luta não era pela defesa da Constituição, mas pela implantação de reformas. Reformas que necessitariam de revisão constitucional – para viabilizar, por exemplo, a reforma agrária. As direitas, Carlos Lacerda em particular, de maneira hipócrita, defenderam o lema de que “a Constituição é intocável”. As direitas aprenderam com os acontecimentos de 1961.

Campanha da Legalidade: um movimento de **defesa da democracia formal**

Entrevista com João Trajano Sento-Sé

Questionado a respeito da contribuição da Campanha da Legalidade para a consolidação da democracia no Brasil, João Trajano Sento-Sé considera ter sido pequena. Afinal, explica, “menos de três anos depois o Brasil foi cenário de um golpe que rasgou a Constituição e lançou o país num regime brutal de autoritarismo. Sua lembrança, porém, deve ser cultivada, já que foi um momento em que a pusilanimidade das elites da época, a prepotência militar e o desprezo pela ordem legal foram confrontados corajosamente. Não temos, infelizmente, muitos episódios semelhantes em nossa história republicana”. Na entrevista que concedeu por e-mail à jornalista Graziela Wolfart da **IHU On-Line**, e publicada em 8 de agosto de 2011 no sítio do IHU, Trajano afirma que “a Campanha da Legalidade deve ser vista como um movimento de defesa da democracia formal, num contexto em que ela era pouco valorizada no Brasil por suas elites políticas. Além de ter sido um episódio com forte marca de heroísmo, ela é interessante por ter sido capitaneada por uma liderança que, ironias da política, passou a vida sendo acusada de não nutrir maior apreço pela democracia”. Ao falar de Brizola, o professor da UERJ argumenta que o alcance do seu gesto “tem a ver com a expressividade política gaúcha naquele contexto e da enorme popularidade desse político no estado. Ele foi capaz de galvanizar uma espécie de espírito de resistência gaúcho e conferir a ele um alcance nacional”.

João Trajano de Lima Sento-Sé é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesqui-

sas do Rio de Janeiro. Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, também é membro do corpo editorial da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais e da Interseções.

IHU On-Line – Como o senhor define o carisma político de Brizola, que poderia justificar o sucesso da Campanha da Legalidade?

João Trajano Sento-Sé – Na ocasião da renúncia de Jânio e da conseqüente crise sucessória, Brizola era ainda um líder regional. Seu prestígio era grande, sua penetração popular bastante expressiva, mas restrita ao estado do Rio Grande do Sul. Acho que o alcance do gesto de Brizola tem a ver com a expressividade política gaúcha naquele contexto e da enorme popularidade desse político no estado. Ele foi capaz de galvanizar uma espécie de espírito de resistência gaúcho e conferir a ele um alcance nacional.

IHU On-Line – Quem foi o Brizola da época da legalidade e quem foi o Brizola pós-legalidade, no Rio de Janeiro?

João Trajano Sento-Sé – Brizola, na época da Campanha da Legalidade, era um jovem líder ascendente do maior partido de base popular daquele período. Ele representava, de certa forma, a corrente mais combativa do PTB. Sua posição, naquele momento, permitia-lhe assumir um papel importante entre os segmentos que se batiam pelas reformas de base e pelo nacionalismo econômico, então muito em voga. Combinadas, essas duas bandeiras faziam dele alguém capaz de circular simultaneamente entre setores populares e

em certos segmentos das classes médias e empresariais. Como governador do Rio de Janeiro, Brizola encarnava uma espécie de retomada do processo que fora brutalmente interrompido com o golpe militar de 1964. Ao mesmo tempo, buscava ganhar espaço político trazendo uma série de questões até então inéditas na agenda político partidária, como a defesa das minorias. Por outro lado, em seu primeiro governo do Rio de Janeiro Brizola demonstrou certa dificuldade de lidar com as elites empresariais. Com o tempo, acho que sua imagem ficou desgastada, o cenário político brasileiro mudou, novas lideranças e partidos se consolidaram e Brizola viu seu maior patrimônio decrescer: a enorme capacidade de transformar a adesão a sua figura em votos. Com isso, sua autoridade não diminuiu, mas seu poder de fogo inevitavelmente foi esmaecendo.

IHU On-Line – Como era a relação de Brizola e João Goulart?

João Trajano Sento-Sé – Até onde sei, nunca foram das mais tranquilas. Brizola ascende como uma liderança capaz de rivalizar pelo posto de maior figura trabalhista com Jango. Creio que muito em função dos lugares que cada um ocupava, seus estilos eram bem diversos. Jango era mais moderado, tentava tornar-se palatável junto aos setores mais conservadores da política brasileira e, assim, tornar seu governo operacional. Brizola era mais jovem, tinha uma origem humilde e ocupou um espaço no interior do trabalhismo que estava disponível: o de líder de algumas das bandeiras mais polêmicas da década de 1960. Como eram do mesmo partido, reconhecidos como herdeiros do varguismo e tinham a mesma origem regional, dispunham de pontos em comum. Como líderes trabalhistas, corriam em raias muito próximas. Durante os meses em que exerceu o cargo de presidente com plenos poderes, Jango enfrentou dificuldades com o estilo brizolista. Tanto que no PTB era comum que brizolistas encarassem Jango como excessivamente moderado e conciliador, enquanto janguistas nutriam severas reservas em relação ao desempenho combativo e barulhento de Brizola.

IHU On-Line – Pode explicar o conceito de estetização da política em Brizola?

João Trajano Sento-Sé – Uma resposta satisfatória para essa pergunta demandaria muito espaço. Daí serei breve e inevitavelmente impreciso. O líder de massas é um personagem típico e quase indissociável das democracias modernas. Ainda assim, é muito comum que seja encarado pela literatura de forma negativa. Em geral, ele é visto como um personagem manipulador, que tira proveito do suposto primarismo das massas para conduzi-las. Discordo dessa interpretação. Acho que um líder de massas é um personagem capaz de estabelecer empatia junto a grandes porções populares em função de sua capacidade de dar forma e conferir significados a valores, expectativas e sentidos que calam fundo em amplos segmentos de uma determinada população. O resultado desse encontro pode produzir episódios grandiosos e heroicos, assim como pode ser o combustível para crimes medonhos e grandes tragédias. Em qualquer dos casos, acho importante entender quais são os mecanismos que produzem tal encontro. Fiz isso no que diz respeito a Brizola porque acho que foi uma das mais importantes e curiosas lideranças de massa no Brasil do século XX. O fato de não ter chegado a presidir o Brasil só torna sua envergadura mais admirável. Ali, onde seus críticos só enxergavam “populismo” e mistificações, havia um personagem fascinante, inclusive por suas contradições, incongruências e fracassos. A forma que interpreto esse fenômeno está em meu livro sobre o assunto e em alguns artigos esparsos. Gostaria que outros trabalhos com essa mesma perspectiva fossem produzidos sobre Brizola e outras lideranças típicas da democracia de massas que emergiram no Brasil.

IHU On-Line – A Campanha da Legalidade pode ser citada como exemplo de manifestação nacionalista e populista?

João Trajano Sento-Sé – Acho que a Campanha da Legalidade deve ser vista como um movimento de defesa da democracia formal, num contexto em que ela era pouco valorizada no Brasil por suas elites políticas. Além de ter sido um episódio com forte marca de heroísmo, ela é interessante por ter sido capitaneada por uma liderança que, ironias da política, passou a vida sendo acusada de não nutrir maior apreço pela democracia.

***IHU On-Line* – Em que sentido o episódio da legalidade contribuiu para a consolidação da democracia no Brasil?**

João Trajano Sento-Sé – Na verdade, muito pouco. Afinal, menos de três anos depois o Brasil foi cenário de um golpe que rasgou a Constituição e lançou o país num regime brutal de autoritarismo. Sua lembrança, porém, deve ser cultivada, já que foi um momento em que a pusilanimidade das elites da época, a prepotência militar e o desprezo pela ordem legal foram confrontados corajosamente. Não temos, infelizmente, muitos episódios semelhantes em nossa história republicana.

***IHU On-Line* – Como o senhor descreve a saga brizolista inserida no debate sobre os rumos da política brasileira?**

João Trajano Sento-Sé – Acho que a história política brasileira da segunda metade do século XX não pode ser contada sem que haja alguns capítulos em que o brizolismo apareça com destaque. Sem ele, nossa história perde em combatividade, em utopia e em humor também. Brizola foi um personagem contraditório, por vezes inconsequente, frequentemente exasperante. Esteve no centro dos principais debates e crises pelos quais passamos, sempre como uma peça relevante no intricado tabuleiro de xadrez que é a política, e sempre com uma horda barulhenta a sua volta, disposta a tudo para estar a altura de seu líder. Isso não é pouca coisa.

“O embrião de 1964 estava presente na reação militar à posse de Jango”

Entrevista com João Gilberto Lucas Coelho

Na visão do ex-vice-governador do Rio Grande do Sul, João Gilberto Lucas Coelho, “a Campanha da Legalidade tem conteúdos de reação popular e militar do Rio Grande do Sul fortemente aglutinado em torno de uma liderança carismática e de relações políticas temperamentais”. Por isso, ele vê na Legalidade “aspectos épicos e beligerantes que marcaram a fase caudilhesca em nosso estado, especialmente na última década do século XIX e nas primeiras do século XX”. E explica: “não se trata de um juízo de valor: encontro na Campanha da Legalidade virtudes e defeitos daquele tempo e daquele sistema. Creio que tenha sido a última manifestação significativa desse tipo de cultura e de relação política”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à jornalista Graziela Wolfart da **IHU On-Line**, e publicada em 8 de agosto de 2011 no sítio do IHU. Coelho considera Leonel de Moura Brizola uma liderança muito forte e representativa do Brasil no século XX. “Trata-se de figura de transição, entre formas antigas ou tradicionais da política gaúcha e a modernidade das transformações no mundo”.

João Gilberto Lucas Coelho foi deputado federal (PSDB) e vice-governador na gestão de Alceu Collares (PDT). Na Assembleia Legislativa gaúcha, presidiu o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional.

***IHU On-Line* – O senhor pode explicar em que sentido a Campanha da Legalidade contribuiu para a afirmação da democracia no Brasil?**

João Gilberto Lucas Coelho – Evitou um golpe nas instituições democráticas naquele momen-

to, que seria o impedimento da posse do vice-presidente eleito após a renúncia do presidente. A resistência abriu caminho para uma solução negociada com a implantação de uma forma parlamentarista de governo, depois revogada através de plebiscito. Nesse sentido, talvez, devêssemos ter explorado melhor a experiência parlamentarista para prevenir retrocessos futuros, como o movimento de 1964 e o longo período autoritário por ele implantado. E, principalmente, a mobilização popular estimulada na Legalidade foi importante e permaneceu no imaginário comunitário para ser revivida mais adiante em outros episódios que levaram à resistência e à redemocratização.

***IHU On-Line* – Em que medida o senhor percebe o lado caudilhesco do gaúcho no movimento da legalidade?**

João Gilberto Lucas Coelho – A Campanha da Legalidade tem conteúdos de reação popular e militar do Rio Grande do Sul, fortemente aglutinado em torno de uma liderança carismática e de relações políticas temperamentais. Por isso vejo na Legalidade aspectos épicos e beligerantes que marcaram a fase caudilhesca em nosso estado, especialmente na última década do século XIX e nas primeiras do século XX. Não se trata de um juízo de valor: encontro na Campanha da Legalidade virtudes e defeitos daquele tempo e daquele sistema. Creio que tenha sido a última manifestação significativa desse tipo de cultura e de relação política.

***IHU On-Line* – Como caracteriza o estilo gaúcho tradicional de fazer política? Como isso apareceu na Campanha da Legalidade?**

João Gilberto Lucas Coelho – Como já referido, na Campanha da Legalidade ficou bem presente a tradição do gaúcho de reagir, inclusive de forma insurgente. Nela está presente o compromisso de defender a Constituição e a Legalidade. E, principalmente, a capacidade de construir uma excepcional unidade de forças em momentos cruciais, o que já acontecera em 1930 e em outros raros episódios de enorme importância.

IHU On-Line – Como entender o poder da Campanha da Legalidade, no sentido de que, segundo sua opinião, ela retardou o golpe de 1964?

João Gilberto Lucas Coelho – Para mim, é bem claro que o embrião de 1964 estava presente na reação militar à posse de Jango e, se lograssem êxito pleno, teriam implantado, já naquele momento, o regime de exceção. Foi a Campanha da Legalidade que mostrou, na ocasião, resistência ao ímpeto golpista e abriu caminho para uma saída negociada que, infelizmente, depois não se sustentou por muito tempo.

IHU On-Line – Qual a maior contribuição de Brizola para a trajetória histórica política brasileira?

João Gilberto Lucas Coelho – Leonel de Moura Brizola é uma liderança muito forte e representativa do Brasil no século XX. Trata-se de figura de transição, entre formas antigas ou tradicionais da política gaúcha e a modernidade das transformações no mundo. Assimilou conteúdos de ambas. Era temperamental, centralizador e com métodos antigos de ação política, mas também aberto às novidades, à mudança e ao progresso, assimilando novas tendências. Se fosse escolher sua principal contribuição à política brasileira, deixaria de lado os gestos épicos como a própria Campanha da Legalidade ou a renúncia ao mandato de deputado federal às vésperas de 1964, para escolher sua preocupação com a educação e as iniciativas que teve nessa área no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

IHU On-Line – Tivemos atos semelhantes à Campanha da Legalidade no Brasil? Ela é

uma inspiração para o cenário político atual em nosso país?

João Gilberto Lucas Coelho – A história brasileira inclui eventos épicos e mobilizações até maiores do que a Campanha da Legalidade. Todavia, nenhum deles possui as características deste acontecimento. Quanto a ser inspiração: acredito que a mobilização popular da Legalidade ficou latente e influenciou a resistência ao autoritarismo, a Campanha das Diretas, etc. Vejo que ela contém ensinamentos para os momentos atuais e, por isto, é bom que seja lembrada, revista, estudada.

IHU On-Line – Que resquícios o golpe militar deixou na política e na estrutura democrática brasileira?

João Gilberto Lucas Coelho – O regime autoritário implantado em 1964 foi longo e, portanto, contaminou instituições, comportamentos e cultura política. Por outro lado, gerou o temor de novos retrocessos e reação com ímpeto liberalizante radicalizado. Nesse sentido, o compromisso pela “governabilidade democrática” levou o Brasil, no episódio Collor da década de 1990, a conduzir um processo de impedimento do presidente da República sem arranhões às instituições e sem risco de golpes, o que outros países não haviam conseguido até então. Mas, também, gerou a cultura de ver o fantasma do autoritarismo em muitas iniciativas que, simplesmente, eram atos de autoridade, dentro das regras democráticas, e com isso tem fragilizado instituições e políticas públicas.

IHU On-Line – Como a estrutura partidária no Rio Grande do Sul foi influenciada pela Campanha da Legalidade e pelo golpe militar?

João Gilberto Lucas Coelho – Não vejo grande influência da Campanha da Legalidade sobre a estrutura partidária gaúcha. De certa forma, alcançou um convívio entre forças políticas divergentes naquela ocasião. Isso já tinha ocorrido na história gaúcha em raros momentos muito significativos. Noutro cenário, seria repetido já no autoritarismo entre os governistas e a altiva oposição gaúcha por uma questão de desenvolvimento econômico: a conquista do Polo Petroquímico de Triunfo. Já o regime autoritário implantou o bi-

partidarismo e com isso fortaleceu a tendência histórica de bipolarização política no estado e sufocou algumas organizações partidárias menores, todavia, significativas. Um exemplo é o Partido Li-

bertador, com um sólido nível de doutrina, presença respeitável na política rio-grandense e fiel à pregação do parlamentarismo, o qual não retornaria quando da redemocratização.

“Usando apenas a palavra, Brizola mudou a cara do país e abortou um golpe de Estado”

Entrevista com Flávio Tavares

Usando apenas a palavra, Brizola mudou a cara do país e abortou um golpe de Estado. Assim Flávio Tavares, em entrevista concedida à **IHU On-Line** de 28 de junho de 2004, evoca o político gaúcho, cuja audácia e paixão pela política o levaram a liderar o movimento da Legalidade. Essas qualidades destacavam-se, entre outras, no homem Brizola, afirma Flávio Tavares – ele próprio também um personagem da história política brasileira. Jornalista, foi um dos organizadores do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), idealizado por Brizola para enfrentar a ditadura militar. Foi preso, torturado e banido do país em 1969, retornando em 1980, depois da Anistia. Formado em direito, professor da Universidade de Brasília, dedicou-se ao jornalismo. Foi colunista político da rede de jornais **Última Hora**, redator e correspondente do **Excelsior** do México, editorialista do **Estado de São Paulo** e correspondente da **Folha de S. Paulo** na Argentina. Acompanhou de perto, como jornalista e militante de esquerda, episódios que levaram ao golpe militar de 64, à repressão e à luta armada. Do seu convívio com Brizola, destaca, ainda, a coerência, que, muitas vezes, o levava a perder votos, para continuar defendendo suas ideias – coisa que o distingue dos políticos atuais que, em geral, procu-

ram dizer apenas o que o interlocutor quer ouvir. Mas não deixa de apontar os seus defeitos, marcados por traços caudilhescos. Flávio Tavares é autor de **Memórias do esquecimento**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1999. Ele retrata as experiências vividas no livro **O dia em que Getúlio matou Allende**, pela editora Record, onde conta as profundezas do que viu como jornalista nos centros do poder, nos anos de 1950 à 1960.

IHU On-Line – Como se deu o seu convívio com o Brizola?

Flávio Tavares – Conheci o Brizola quando eu era presidente do grêmio estudantil do Júlio de Castilhos em Porto Alegre, em 1951, 1952, e ele era deputado estadual, mas já uma pessoa muito influente, muito dinâmica. Com a ajuda dele resolvi pequenos problemas ou até mesmo maiores com o governo do estado, o governador era o Ernesto Dornelles, que era do partido do Brizola, era trabalhista²⁴. Depois, na eleição do Brizola para prefeito, na primeira eleição do Brizola, eu fiquei no outro lado porque eu era do Partido Socialista, que lançou como candidato na época o Cândido Norberto²⁵, com o apoio discreto do João Goulart, que ainda não era vice-presidente da República, mas se preparava para ser candida-

²⁴ **Ernesto Dornelles** (1897-1964) foi Interventor Federal no Rio Grande do Sul de 1943 a 1945, nomeado por Getúlio Vargas. Integrava o Partido Social Democrático (PSD), do qual foi um dos organizadores e que surgiu, como é sabido, estimulado por Vargas. Eleito pelo voto popular e com o apoio de Vargas, governou o Rio Grande do Sul de 1951 a janeiro de 1955 (Nota do **IHU On-Line**).

²⁵ Jornalista e radialista gaúcho, nasceu em 1927. Formou-se em advocacia e foi deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi cassado pelos militares, em 1966. Graduiu-se em jornalismo na primeira turma formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1954. Afastado parcialmente das atividades pro-

to ao cargo. Mas foi um apoio discreto, tanto que o Brizola acabou sendo eleito por uma avalanche de votos.

IHU On-Line – Mas ambos, João Goulart e Brizola não eram trabalhistas já?

Flávio Tavares – Ambos eram trabalhistas, cunhados já, mas João Goulart era muito amigo do Cândido Norberto. Ele apoiou os dois. Apoiou discretamente, porque havia muita gente do Partido Socialista, como o Josué Guimarães, que era ligado ao João Goulart, que tinha sido chefe de gabinete do João Goulart em Porto Alegre, quando João Goulart era Secretário de Justiça. Depois, eu continuo dirigente estudantil, sempre mantendo contato com Brizola, seja quando ele foi Secretário do Estado, seja quando ocupou o cargo de prefeito. Na época, criamos o Restaurante Universitário, destinado aos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As instalações, durante a ditadura, foram transformadas na Escola de Polícia, na Azenha, foram literalmente roubadas dos estudantes. A minha relação com Brizola se transforma depois que eu passo a ser repórter político e ele governador do estado e não acabou mais. O Brizola se transforma naquele homem audacioso, buscando sempre uma solução para os problemas populares, faz a nacionalização da empresa de eletricidade e depois da empresa dos telefones, ambas eram norte-americanas. Eu era editor político da Última Hora de Porto Alegre e além do mais cobria o Palácio. Última Hora era um jornal vespertino, de linha popular, que já tinha apoiado a política nacionalista de Getúlio Vargas, mas era um jornal de alto nível, não era um jornal popular num sentido de hoje.

IHU On-Line – Em seguida, o senhor participa do episódio da Legalidade...

Flávio Tavares – O episódio que nos aproximou e nos tornou, digamos, íntimos praticamente, foi o episódio da Legalidade, da renúncia do presidente Jânio Quadros, quando os ministros militares vetam a posse do vice-presidente João Goulart por considerá-lo um golpista que estava em visita

oficial à China comunista e à União Soviética. Brizola sugere, então, que a Última Hora de Porto Alegre faça uma reedição especial, lançando a campanha pela posse do João Goulart. Naquela época, os vespertinos não circulavam aos domingos, assim como os matutinos, como o Correio do Povo, não circulavam às segundas-feiras. E num domingo nós lançamos uma edição extra da Última Hora, cuja manchete era mais ou menos a seguinte “Rio Grande diz não ao Golpe: Jango na Presidência”, e foi a primeira e única vez na história talvez, que uma edição de jornal sai protegida pela Brigada Militar, pela polícia, porque nós achávamos que o Exército ia impedir a circulação do jornal. O Exército não impediu, o que significou que alguma coisa estava acontecendo no Exército em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que o Exército não obedecia totalmente às linhas dos ministros militares em Brasília que vetavam a posse de João Goulart. Então, o episódio da Legalidade foi o mais valioso e o mais importante da história brasileira da segunda metade do século vinte, foi mobilizador de massas, é importantíssimo. Vingou pelo Brasil inteiro porque o Brizola teve a ideia de requisitar as estações de rádio e com elas formar uma cadeia que passou a se chamar a Cadeia da Legalidade, que transmitia vinte e quatro horas por dia dos porões do Palácio e que chegava a todos os pontos do país.

IHU On-Line – Como foi que o senhor se aproximou tanto de Brizola a ponto de envolver-se em um movimento armado?

Flávio Tavares – A minha relação com o Brizola se desenvolveu porque eu continuava como jornalista da Última Hora e militante político, e quando ele deixa o governo do estado do Rio Grande do Sul e é eleito deputado pelo Rio de Janeiro. Vai para Brasília e me encontra lá, como colunista político da rede de jornais Última Hora, quer dizer, da Última Hora do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Recife e Belo Horizonte. Era uma rede de jornais de linha nacionalista, popular, reformista, que apoiava o Programa de Reformas de Base do presidente João Goulart, e eu

fissionais, mantém um comentário na Rádio Gaúcha e é cronista do jornal Zero Hora, ambos da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS). Cândido Norberto foi paraninfo da turma de jornalistas da Unisinos formada no primeiro semestre de 2000.

era o colunista político, a minha coluna saindo em todos os jornais da rede. Essa circunstância me aproxima muito de Brizola, até que vem o golpe militar, e ele é obrigado a se exilar no Uruguai, isso no dia 1º de abril de 1964. Em 1º de janeiro de 1965, eu vim passar o feriado em Porto Alegre e aqui tomei um avião e legalmente fui a Montevideú e visitei o João Goulart e o Brizola. E nossa relação tomou uma nova feição. Eu vi que o Brizola estava decidido a resistir e me integrei ao movimento de resistência que ele comandava no Brasil e aos poucos fui sendo a sua pessoa de confiança numa área do Brasil. Eu passei a ser o coordenador da área do Planalto Central, da parte do Norte Brasil, do Movimento Nacionalista Revolucionário, o MNR, que foi o organismo criado pelo Brizola, no exílio, como uma tentativa de resistência ao golpe militar. Nós tentamos implantar uma série de focos de guerrilha. O MNR implantou três focos de guerrilha no Brasil que depois não deram certo, e eu acabei sendo preso. Começou a desmoronar com a prisão de um foco guerrilheiro, a prisão de todos os membros de um foco em Minas Gerais, localizado na fronteira com o estado do Rio, na Serra de Caparaó. Era integrado por um pessoal quase todo daqui do Rio Grande do Sul. Inicialmente, eles se estabeleceram no norte do Rio Grande do Sul, mas depois, com o assassinato na prisão aqui em Porto Alegre do ex-sargento, Manoel Raimundo Soares – foi assassinado pela polícia e pelo Exército – com isso o plano foi desmantelado e todos os integrantes do foco guerrilheiro se mudaram para Minas Gerais e lá, na Serra do Caparaó, foram capturados. Isso nos baixou muito a moral, porque era uma situação que nos desmoralizava muito perante nós mesmos, não perante a opinião pública. Mas continuamos com as nossas outras duas tentativas de foco guerrilheiro, até que eu sou preso em Brasília por uma delação. A polícia descobriu alguma coisa por um grupo que nos apoiava em Uberlândia, em Minas Gerais. Sem coordenador na região central, no Planalto Central e no Norte do Brasil, as nossas duas tentativas de guerrilha começam a ser desmanteladas. Depois disso, eu saio da prisão. Mas antes disso um outro episódio, internacional, faz com que o próprio Brizola e todos nós, passássemos a rever

os nossos conceitos sobre a guerrilha rural: em 1967, o Che Guevara é ferido, capturado e assassinado na Bolívia. Eu estava na prisão no interior de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora, quando recebi os jornais com a notícia. Isso para nós foi um golpe muito forte, muito duro e daí para diante nós revisamos o que pretendíamos fazer. Mas a minha maior vinculação com o Brizola vem dessa época. A última vez que nos encontramos foi na sua última aparição pública, no dia 31 de maio deste ano, no lançamento do meu livro **O Dia em que Getúlio Matou Allende**, no Rio de Janeiro. Ele compareceu e ainda me chamou pelo meu nome de guerra na época da resistência: “Félix.”

IHU On-Line – A guerrilha contava com dinheiro cubano ou soviético?

Flávio Tavares – Não, soviético não, pelo contrário, a União Soviética estava contra a guerrilha. Nós recebemos dinheiro de Cuba O Brizola recebeu, nós não. Ele reconheceu isso publicamente, isso fazia parte da visão de solidariedade internacional que Cuba tinha naquela época, que era a visão guevarista da guerrilha. Ou seja, como o cristianismo que é universal – o cristianismo não tem pátria, se não teria de estar circunscrito ao estado de Israel, de onde era Cristo – as grandes causas são universais. O socialismo libertário de Guevara também é universal. Então uns têm que ajudar os outros. A ajuda não foi uma interferência de Cuba, foi uma ajuda leal que Cuba deu ao Brizola e a vários outros aqui no Brasil.

IHU On-Line – Esse dinheiro foi utilizado na estruturação da guerrilha?

Flávio Tavares – Sim, os recursos foram pequenos, em dólares, foi pouca coisa. Não sei dizer em números de hoje... Ele reconheceu isso publicamente numa entrevista logo que chegou do exílio, falando para uma rádio em Porto Alegre. Foram uns duzentos mil dólares, não foi mais do que isso. É pouca coisa, para um movimento guerrilheiro.

IHU On-Line – Do convívio com Brizola, o que lhe marcou mais?

Flávio Tavares – Entre as suas várias qualidades e alguns dos seus defeitos, têm duas coisas que eu

ressalto: a audácia e a paixão. Brizola era audacioso. Foi com a sua audácia que ele fez aquele grande movimento da Legalidade, que mudou a cara do país, que fez abortar o golpe de estado. O Brizola dismantelou o golpe pela audácia dele como governador, usando apenas a sua palavra. Naquela época, o Brizola convencia pela palavra e era jovem! Ele mobilizou massas no Rio Grande do Sul e no Brasil pelo rádio como ninguém o fez. Bom, primeiro a audácia, segundo, a paixão. A paixão que ele tinha pela política. Não pela política como contagem de votos, como a quase totalidade dos políticos faz hoje. Eles são caçadores de votos, e o Brizola não era. O Brizola, às vezes, perdia votos para defender as suas ideias. Entre os votos e as suas ideias, ficava com as suas ideias e perdia votos. Isso o diferencia muito dos políticos de hoje que não têm ideias, que dizem aquilo que o interlocutor está pensando.

IHU On-Line – Essa postura não o teria deslocado da forma contemporânea de fazer política?

Flávio Tavares – Sim. Porque a forma contemporânea de fazer política é farisaica em que a falsificação, a ilusão e a mentira têm mais valor que a palavra coerente. Então, eu acho que, realmente, o Brizola, nos últimos anos, ficou deslocado, porque ele terminou coerente, ele continuou coerente, não abdicou das suas ideias, ao invés de, por exemplo, de se atirar para as empresas de publicidade e fazer programas de televisão bonitinhos, como se estivesse vendendo um refrigerante, como se estivesse vendendo um sabonete, ele ia para frente da televisão e dizia o que pensava, enquanto todos os outros, absolutamente todos, até o Lula, que eu acho uma figura honesta, até o Lula, recorreu às empresas de publicidade, vendeu as suas ideias como se tivesse fazendo publicidade de um refrigerante ou de um sabonete.

IHU On-Line – A que se pode atribuir a dificuldade do Brizola de conviver com lideranças novas?

Flávio Tavares – O Brizola, em algumas situações, era autoritário, ou mais exatamente, caudillesco, eu não diria autoritário. Mas isso ocorria

em função da sua coerência de ideias. O Brizola não abdicava daquelas coisas das quais ele estava convencido. Ele era um pouquinho cabeçudo. Às vezes, ele se tomava de amores por uma pessoa e a defendia a vida inteira. Mas, no aspecto fundamental, o Brizola nunca abdicou da sua coerência política, nunca traiu as suas causas, continuou sempre defendendo a soberania nacional, o nacionalismo, a capacidade brasileira de realizar o futuro do país com seus próprios meios, com a sua própria inventividade e criatividade. Sempre teve uma postura frontal com relação a essas multinacionais, essa invasão econômica, financeira e até cultural que há no país. Hoje, tudo nesse país vem de fora, só o que vem de fora é importante, nós passamos a ser papagaios, repetimos o que nos mandam de fora, passamos a ser pessoas incapazes de qualquer criatividade. O Brizola sempre se rebelou contra isso. Acho que esta é a sua grande contribuição: ele tinha uma visão social profunda e além disso uma visão da criatividade nacional, da cultura nacional, de cada região, de respeito às culturas locais... Acho que isso o distanciou de uma série de pessoas que se transformaram em papagaios e só sabem repetir aquilo que a sociedade de consumo, com o seu egoísmo, propaga para o mundo inteiro.

IHU On-Line – Quais os erros que o Brizola teria cometido que o senhor lamentou?

Flávio Tavares – Eu acho que o grande erro do Brizola, e eu e algumas pessoas próximas a ele dizemos sempre isso, o grande erro dele foi confiar nos aduladores, principalmente nos que o cercavam dentro da estrutura partidária. O grande erro do Brizola foi ter dado apoio a uma série de demagogos e aduladores, de quadros partidários de todos os níveis, municipal, estadual, nacional. Brizola não soube se desvencilhar daquelas pessoas que unicamente, por oportunismo político se aproximavam dele e usavam o seu nome, ou continuam usando o seu nome, sem ter nenhum dos compromissos sociais, libertários, e o nacionalismo que ele teve. Ou seja, o grande erro do Brizola nos últimos anos da vida, foi ter admitido que os aduladores se aproximassem dele e o rodeassem.

IHU On-Line – Brizola foi populista?

Flávio Tavares – Essa ideia é incorreta, no sentido de que se quer dar ao populismo uma visão de pura demagogia eleitoral e política. O populismo foi definido pelos, entre aspas, acadêmicos, como algo negativo, passou a ser uma adjetivação pejorativa. É um termo artificial criado pelos acadêmicos que queriam um marxismo puro ou então eram de direita. Nesse aspecto, é incorreto dizer que o Brizola era um populista. Mas é correto se for dito que o populismo é um compromisso com a área popular, um compromisso com o povo e um compromisso com as suas ideias. Então, é incorreto dizer que o Brizola era um populista quando se dá ao populismo aquele sentido de mera demagogia eleitoral. Populistas são todos esses aí, a maioria desses que rodeiam o Brizola, ou que estão contra o Brizola, ou que até falam em nome da esquerda ou dos trabalhadores, porque o populismo, o chamado populismo no aspecto negativo, seria pelos atos, tanto pode ser um dirigente sindical e ser populista, pode ser um político e ser populista, está cheio de populista hoje na política brasileira, na direita e na esquerda. O Maluf é um populista, no entanto, ele pode ser considerado historicamente como homem da área popular? Não. Agora, quem vota no Maluf é o povo, o povo mais pobre de São Paulo é que vota no Maluf. O Collor. Quem votou no Collor? O povo mais pobre do país inteiro. Então, o populismo assim tomado pelos acadêmicos é uma abstração do popular, é uma contrafação do popular, é o oposto do popular e eu acho que o Brizola foi um líder popular, não foi um líder populista.

IHU On-Line – O que se pode esperar do trabalhismo e da política depois do Brizola?

Flávio Tavares – Olha, eu acho que realmente o Brizola encerra um período, é a figura que desenvolve toda uma tese que morre com ele. O trabalhismo ficou em nome de quê? Ficou em nome de uma estrutura partidária. Nós podemos chamar o PTB, que foi um partido criado pela ditadura militar, que roubou inclusive a denominação das mãos do Brizola, o PTB que se diz trabalhista, nós podemos confiar em alguém do PTB, que é um saco de gatos, cujos filiados vêm de todas as origens políticas? Bom, no outro partido, o PDT, não sei. O PDT terá que resolver a sua nova ação, o PDT terá que resolver o seu futuro, se ele permanece fiel a seu fundador, o Leonel Brizola, ou se ele adota as posturas populistas, demagógicas de alguns de seus quadros, ou se transforma em um partido de aluguel em que qualquer pessoa entra, como entrou agora, em São Paulo, o Paulinho, da Força Sindical que passou a ser um, entre aspas, dirigente do PDT. Com relação ao quadro político partidário brasileiro, sou um pessimista. Com esses partidos que nós temos, com essa estrutura eleitoral que nós temos, é difícil mudar. Eu não em creio neles. Em geral, os políticos brasileiros são pessoas preocupadas unicamente com suas imagens, com as suas eleições, e não com as grandes massas populares. Brizola era um dos poucos honestos. Mas eu acho que há ainda alguns políticos realmente honestos.

Brizola: um homem contraditoriamente coerente

Entrevista com Paulo Markun

Episódio único na história do Brasil e provavelmente do mundo. A figura carismática de Leonel Brizola foi o único a levantar a voz e liderar uma mobilização contra um golpe anticonstitucional. É o que destaca Paulo Markun, em entrevista telefônica a **IHU On-Line** e publicada na edição 107 de 28 de junho de 2004 e também na 1ª edição dos **Cadernos IHU em formação** no ano de 2005. Markun é jornalista desde 1971. Bacharel em Jornalismo pela USP, Markun já foi repórter, editor, comentarista, chefe de reportagem, e diretor de redação em emissoras de televisão, jornais e revistas. Atualmente, apresenta o Roda Viva da TV Cultura, faz comentários de política no Jornal do Terra, e preside o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de Santa Catarina, onde vive desde 1998. Paulo Markun criou veículos de comunicação, como Pasquim São Paulo, Imprensa, Radar, Deadline, Jornal do Norte, e dirigiu documentários e vídeos. No momento, o jornalista está concluindo a biografia comparada de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. É autor de diversos livros, entre eles **Dom Paulo Evaristo Arns, o cardeal do povo**. Editora Alfa ômega, 1978 (com Getúlio Bittencourt); **Mariel Mariscott, a máfia manda flores**. Editora Global, 1981 (com Ernesto Rodrigues); **Como perder as eleições**. Feeling/Editora Três, 1989; **Anita Garibaldi, uma heroína brasileira**. Senac São Paulo, 1999; e **Muito além de um sonho, a história da Unisul**. Editora Unisul, 2001 (com Duda Hamilton).

IHU On-Line – Qual é a importância histórica da Cadeia da Legalidade?

Paulo Markun – Foi a única vez, no Brasil, e uma das poucas no mundo, em que um movimento civil conseguiu impedir o golpe militar que tinha a adesão dos três Ministros Militares e 70% da força militar do país. Jânio Quadros havia renunciado – nunca se soube até hoje qual era a razão dessa renúncia. Tudo leva a crer que ele pensava que seria um movimento de renúncia rapidamente revertido numa espécie de fortalecimento de sua posição e voltaria nos braços do povo, mas não houve o protesto popular e o Congresso não discutiu a renúncia, simplesmente aceitou. Foi uma jogada dos congressistas. Jânio ficou, tudo nos leva a crer isso, muito frustrado e foi embora do país. Desse vazio de poderes, os três ministros militares não queriam que Jango assumisse e deram posse ao presidente do Congresso Nacional como presidente da República. Nesse momento Brizola é o primeiro que se revolta contra essa ideia e começa, imediatamente, a transmitir por rádio – todas as emissoras tinham sido colocadas sob censura, salvo uma, a Guaíba de Porto Alegre. A partir da Guaíba ele começa a transmitir e isso começa a dar repercussão. Ao longo do tempo ele modifica inclusive a direção em que o sinal da emissora era transmitido, de ondas curtas, para justamente atingir o resto do Brasil, e outras emissoras vão captando até que ao longo desses doze dias, que demorou o processo, havia 104 emissoras integradas numa rede e com isso, conseguiu incendiar o país, a partir de Porto Alegre. Nunca tinha sido feito também, em termos técnicos, uma rede de rádio tão poderosa e, no momento em que o comandante do 3º Exército instalado no Rio Grande do Sul, General Machado Lopes, adere a essa rede da Legalidade, o quadro, de alguma forma,

se equilibra melhor do ponto de vista militar porque o 3º Exército, na época, era o exército mais poderoso do país em função da desavença com a Argentina e aí começou a ficar possível algum tipo de resistência. Até então, ele só se apoiava na Brigada Militar, que é a força pública do Rio Grande do Sul, e na mobilização de voluntários. Chegou a inscrever quarenta mil voluntários num movimento de resistência. Isso virou o processo e acabou com o golpe. Houve uma ordem expressa do governo federal, dos Ministros Militares para bombardear o Palácio Piratini e silenciar o Governador a qualquer preço, mas os sargentos da Aeronáutica impediram que os aviões levantassem voo. Fizeram uma espécie de boicote, tiraram peças dos aviões, e, nesse meio tempo, o General mudou de posição.

IHU On-Line – Em que se baseava a liderança de Brizola, nessa época, para ser capaz de uma mobilização tão grande?

Paulo Markun – Na sua fantástica oratória. Na capacidade que ele tinha de comunicação pelo rádio. Ele era muito experiente, fazia desde que tinha sido Prefeito de Porto Alegre e depois como Governador, programas de rádio toda a semana em que ele, durante mais de uma hora ou às vezes duas horas seguidas, ficava contando o que estava acontecendo, fazendo uma pregação radiofônica. O outro fato é que aquele momento da renúncia do Jânio desorganizou completamente a sociedade porque ninguém esperava aquilo, nem a decisão dos militares de proibir a posse do presidente que deveria assumir. O vice-presidente tinha sido eleito— porque naquela época não se votava no presidente apenas, votava-se numa cédula no presidente e na outra no vice-presidente. Jango tinha sido eleito com Juscelino, porque era do PTB, aliado com o PSB e, depois, tinha tido mais votos do que o próprio Vice do Jânio Quadros, da UDN. Jânio tinha legitimidade, então, essa tese de que era preciso garantir a posse do vice-presidente no cargo era muito fácil de defender. Além disso, o Marechal Teixeira Lott, o homem mais respeitado no Exército, tinha sido Ministro da Guerra, candidato a presidente da República e perdido para Jânio Quadros, defendeu a

posse do Jango e foi preso por causa disso, pelos militares. Então, era um golpe palaciano, uma quartelada que eles queriam dar por telefone. Se Brizola não tivesse comandado essa resistência, justamente por essa cadeia de rádios, não teria se passado nada.

IHU On-Line – Como aconteceu a aproximação entre Brizola e Fidel Castro, na década de 1960?

Paulo Markun – Em 1964, ele saiu do Brasil e foi para Uruguai. Lá manteve contato com Fidel Castro e recebeu dinheiro dele para montar uma guerrilha no Brasil. Essa guerrilha estava para ser desenvolvida na região central do Brasil, mas acabaram descobrindo, antecipadamente, um outro foco e ela foi desmontada. Isto recentemente foi relatado pelo jornalista Flávio Tavares, em seu livro **O dia em que Getúlio matou Allende**. Flávio Tavares, inclusive, era um desses integrantes do grupo guerrilheiro financiado por Brizola. O apelido de guerra de Brizola era Pedrinho e o grupo funcionava, nitidamente, com recursos fornecidos por Fidel Castro, mas, depois do fracasso Flávio Tavares acabou sendo processado e condenado. E esta história até hoje não foi claramente desvendada. Está começando a se esclarecer neste momento, mas a liderança era, claramente, de Brizola. Agora Fidel mandou um telegrama altamente elogioso para ele. Depois disso, Brizola se afastou dessa ideia da guerrilha, mas, certamente, o primeiro movimento de resistência armada à ditadura militar foi inspirado pelo Brizola, comandado por ele lá do Uruguai.

IHU On-Line – Ao voltar do exílio Brizola mudou?

Paulo Markun – Eu vejo que há dois mundos, um antes da Guerra Fria e outro depois. Quem mudou não foi o Brizola, foi o mundo. Ele talvez não tenha compreendido suficientemente quanto o mundo tinha mudado e, até mesmo, no que toca à comunicação. Ele era um homem muito eficiente para falar no rádio, mas nunca entendeu a televisão. Tentava manter aquele mesmo discurso longo, demorado, cheio de pausas. O que funcionava no rádio, na televisão não funcionou e o dis-

curso dele no que representa a questão do nacionalismo, da importância da educação, das restrições ao capital estrangeiro, da participação popular, parecia fora de tempo. Tanto que se examinamos também as relações dele com o PT que é, na prática, o herdeiro do trabalhismo – o PT não é trabalhista no sentido de vínculos com o João Goulart ou com o Getúlio Vargas, muito menos com Brizola, mas ele é trabalhista no sentido que busca organizar os trabalhadores –, as relações sempre foram muito tensas. Ele até admitiu a aproximação com o PT e foi até vice do Lula. Mas ao mesmo tempo foi quem chamou Lula de sapo barbudo e a primeira briga dele – isso está no livro que eu estou publicando agora em outubro²⁶ – foi logo que ele voltou ao Brasil porque alguém dos sindicalistas ligados a Lula falou mal de Getúlio Vargas. Brizola começou a defender Getúlio e a reunião acabou.

IHU On-Line – Como você definiria o populismo de Leonel Brizola?

Paulo Markun – Brizola é uma cria de Getúlio Vargas e do seu populismo e seu trabalhismo. Pode-se pensar que às vezes o populismo estaria menos ligado à defesa dos interesses dos trabalhadores ou dos menos valorizados. Brizola não era apenas um defensor dos trabalhadores que têm carteira assinada e emprego, ele sempre trafegou muito bem e angariou muita simpatia com o chamado campesinato, aquelas pessoas populares não organizadas, que não têm consciência de uma classe social. Por isso digo que Brizola era populista, mas era mais trabalhista. No sentido de que defendia esses interesses e não necessariamente pensava somente no seu próprio desempenho. Se não fosse assim ele jamais seria vice do Lula, em 1998. Eu nunca fui brizolista, não sou nada, um jornalista, simplesmente, nunca concordei com as ideias de Brizola, mas acho que a sociedade, de alguma forma está rendendo homenagem – com aquele desconto natural de que todo brasileiro que morre vira santo – ao fato da coerência de Brizola. Mesmo, por exemplo, que ele em 1989 e 1994 tenha se voltado contra Lula, em

1998, tenha sido vice de Lula e em 2002 tenha apoiado o Lula e 2003 já tivesse sendo uma das principais vozes da oposição. Na cabeça dele havia uma coerência nessa trajetória. Ele era contraditoriamente coerente, se é que se pode dizer isso. Em certos momentos fazia acordos que não dava para entender. Mas, se você traça uma linha de conduta dele ao longo do tempo, essa linha é mais coerente do que muitos políticos.

IHU On-Line – Essa coerência se mostrou muito na ideia de um projeto de desenvolvimento nacional. Por que essa ideia parece não avançar muito na atualidade?

Paulo Markun – A força do processo da globalização de um lado e de outro o fascínio que a possibilidade de entrar no primeiro mundo exerceu no Brasil desde o governo Collor. Quem apresenta essa ideia é Collor e isso pega de tal maneira que passado o intervalo de Itamar Franco, vem oito anos de FHC, em que essa foi a receita. Brizola ficou muito marcado como alguém que defendia um projeto nacional que era impossível de ser levado adiante, porque já não tinha mais espaço para isso e hoje acho que o que Lula tenta fazer, é, de alguma forma, retomar essa ideia do projeto nacional em um outro patamar. A discussão é se está conseguindo ou não.

IHU On-Line – Em que sentido iria essa busca?

Paulo Markun – No caso de Lula na política externa. Na inserção do Brasil em um protagonismo na América do Sul. Eu acho que é muito discurso. Brizola tinha muito o discurso, porém marcado por certas atitudes ao longo da vida dele, que eram radicais ao extremo. Por exemplo a de encampar a ITT e a Companhia de Energia Elétrica depositando um cruzeiro apenas, que era o valor histórico daquilo. Isso deu uma confusão tão grande que o próprio presidente Kennedy cobrou de João Goulart a mudança dessa regra. Ele queria que o Jango fizesse Brizola reverter essas decisões de encampar essas duas empresas pelo valor histórico. Ele tinha um argumento jurídico para defender

²⁶ “O sapo e o príncipe”. Trata-se de uma biografia de Luís Inácio Lula da Silva e de Fernando Henrique Cardoso, publicada pela Editora Objetiva.

isso. Mesmo no próprio governo de Rio de Janeiro, as atitudes dele foram muito de não aceitar o predomínio do capital internacional, usava sempre a expressão “perdas internacionais do Brasil”.

IHU On-Line – Quais os principais fatos que dentro da trajetória de Brizola não se explicam muito bem até o momento?

Paulo Markun – O apoio ao presidente Collor. A sua aproximação com o presidente Figueiredo, quando a oposição toda falava em Campanha das Diretas já, em certo momento Brizola queria esticar o mandato de Figueiredo mais um pouco. Outra contradição é que foi ele quem propôs inicialmente a ideia da renúncia de Fernando Henrique no início do seu segundo mandato. Essa tese cresceu porque uma parte do PT aderiu, mas a ideia foi do Brizola. Ele foi o mais entusiasmado defensor. Outra foi ele declarar, como fez no último 31 de março, que FHC e Sarney foram piores que os militares. Algumas coisas não batiam muito com a lógica.

IHU On-Line – Durante os últimos dias debate-se na imprensa se a morte de Brizola empobrece ou até esvazia a política brasileira. O que o senhor acha disso?

Paulo Markun – Isso tem a ver com o desencanto em relação ao governo Lula. Como estamos vi-

vendo um momento em que se esperava muito que as coisas foram a mudar e não mudou nada, e você percebe alguém que persistiu nas suas ideias, parece que ele é mais consistente ou mais brilhante que outros. Um outro dado é esse fenômeno típico do Brasil, não sei se em outros países é assim, que quando a pessoa morre se fala bem dela. No velório de Brizola estavam Garotinho e Rosinha, a esposa, que eram adversários até bem pouco tempo, embora agora já tivessem se reaproximado e o filho de Roberto Marinho, depois foi Lula. Não estou dizendo que eles não deveriam ir, mas é difícil não ver aí um excesso de endeusamento de quem morre. Ontem, eu lia no jornal *O Globo* uma matéria que dizia que o Brizola tinha empurrado o Brasil para uma guerra civil em 1962. São dois erros históricos numa frase só: primeiro que não foi em 1962 e sim em 1961 que ele liderou a chamada Cadeia da Legalidade, segundo que ele não empurrou o Brasil para a guerra civil, ao contrário, ele se insurgiu contra o golpe militar. Com coragem, sem temor, com firmeza. Naquele momento, e aí eu acho que ele se inscreveu na história do Brasil marcantemente, ele não mediu as consequências e esse é um episódio apagado da história brasileira. Eu fiz junto com a jornalista Duda Milton um livro que conta essa história pelos 40 anos da legalidade, mas até então havia uma geração inteira que não sabia dessa história.

“O país não está produzindo líderes”

Entrevista com Gunter Axt

Brizola era um político que mantinha viva no país a ideia de construir um projeto nacional. Fica um vácuo nesse sentido. As autoridades pedem sacrifício à população, mas não explicam o rumo para o qual o país se dirige. Ninguém sabe para onde caminhamos. Com essas afirmações, Gunter Axt, em entrevista telefônica ao **IHU On-Line** e publicada em 28 de junho de 2004 na 107ª edição da revista e também na 1ª edição dos **CADERNOS IHU em formação** no ano de 2005, assinala a morte de Brizola como um fato que desvela uma carência na política nacional.

Gunter Axt é professor na PUCRS, historiador e pesquisador do Memorial do Judiciário e do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Axt é graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com tese intitulada *Gênese do Estado burocrático-burguês no RS (1889-1929)*.

IHU On-Line – Qual é o significado histórico da morte de Leonel Brizola?

Gunter Axt – Eu diria que Brizola foi uma síntese da política brasileira no século XX, uma síntese das aspirações, dos limites e dos medos dessa política. Acho que Brizola, e isso é uma visão muito pessoal, era uma espécie de celebridade pop. E o vazio que Brizola deixa é o vazio que qualquer celebridade pop deixa ao morrer, ou seja, ela tem algo só dela, algo único que ninguém mais tem e não pode ser repostado no lugar. Minha segunda observação, é que Brizola viveu uma tensão enquanto personagem político, talvez existam várias tensões, mas uma tensão em especial me chama a

atenção. Por um lado, ele era uma pessoa com uma capacidade extraordinária de doação para uma causa que fosse comum, pública e, nesse afã de se doar ele era capaz de sair de uma situação de comodismo para enfrentar uma situação de extrema adversidade, em defesa de um ideal, atitude que acho muito importante especialmente num país como o Brasil, onde cada vez menos as pessoas estão dispostas nesse sentido. Essa é uma marca de Brizola. Por outro lado, e aí vem a tensão, ele me parece alguém que passou pela trajetória política com uma marca muito pessoal, o projeto pessoal dele sempre sobrelevou, sobrenadou o projeto partidário ou mesmo um projeto ideológico mais amplo. Daí a grande dificuldade que Brizola tinha de conviver com outras lideranças dentro do próprio partido, dificuldade de manter alianças por longo prazo. O projeto dele parecia estar acima dos demais, essa me parece ser uma contradição histórica que esse personagem tão rico que é Brizola tinha. Ele não era um demagogo populista. O demagogo é aquele que não realiza, e Brizola era populista, há um consenso em torno disso de parte dos analistas, mas jamais foi um demagogo, ele era um homem de realizações.

IHU On-Line – Podemos falar de um vazio político com a ausência de Brizola?

Gunter Axt – Ele deixa um vácuo sim. A grande carência de Brasil hoje é um projeto nacional. Esse é um país que você pode parar qualquer pessoa na rua e perguntar para onde é que nós estamos indo, e as pessoas não vão saber responder. É triste quando um país não sabe para onde vai. Quando os governantes pedem mais e mais sacrifício da população, porque precisamos aumentar

os impostos, precisamos cortar gastos, precisamos deixar de fazer tais e tais investimentos que estavam previstos, é triste. Quando os governantes pedem mais e mais sacrifício da população e são incapazes de dizer à população para onde o país está indo. Não há sequer uma proposta consistente de um projeto nacional, eu acho que isso Brizola representava. Podemos criticar o projeto nacional do Brizola, algumas pessoas podem dizer que era uma proposta superada, nacionalismo até de cunho mais atávico, mas era um projeto nacional que a existência do Brizola representava. Alguém não estava de acordo com esta geleia que se estabeleceu no país, então eu acho que esta falta sem dúvida nenhuma ele faz.

IHU On-Line – Em que sentido se afirma que Brizola era um herdeiro de Getúlio Vargas. Qual foi a herança?

Gunter Axt – Quando se fala isso a primeira pergunta que se deve fazer é a seguinte: de qual Getúlio Vargas estamos falando? Porque Getúlio foi tantos em tantos momentos diferentes da história... Se nós pensarmos no Getúlio deputado estadual do Rio Grande do Sul, nós vamos ver o Getúlio absolutamente integrado ao sistema coronelista de poder e a rede de poder borgiana e castilhista do antigo PRR, o político comum, com capacidade discursiva muito boa, mas um político como qualquer outro da época. Já o Getúlio do governo de 1928 aqui no estado é um homem que consegue compor com uma habilidade fantástica. O Getúlio da Revolução de 1930 e o do governo provisório é um Getúlio revolucionário, que reforma as instituições do país sem abrir mão do compromisso democrático. O Getúlio de 1937 é um ditador que não tem o menor compromisso com as instituições democratas e com a democracia e o Getúlio pós-45 é um Getúlio populista com muito menos compromisso por exemplo, com uma estabilidade orçamentária e aí é uma distinção importante em que pese Getúlio tenha sido, um líder autoritário populista durante o Estado Novo diferentemente de Perón, por exemplo, ele teve muita responsabilidade com a estabilidade orçamentária. Mais uma vez chamo a atenção: populista sim, mas demagogo não, irresponsável

não. Então, para vermos Brizola como herdeiro de Getúlio, nós precisamos saber a que Getúlio nos referimos. Suponhamos que seja o Getúlio desse período populista que estabelece uma aliança estratégica com a classe trabalhadora. Ai eu chamaria a atenção também para a aliança que Getúlio faz e já começa a desenhá-la logo depois da revolução de 1930, é uma aliança com os industriais urbanos, ele está disposto a ter um projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil. Além disso ele desenvolve toda a legislação trabalhista, portanto ele estabelece uma aliança estratégica sim com a classe operária urbana, mas também faz uma aliança com os grandes estancieiros, cafeicultores paulistas e estancieiros sulistas. Uma aliança com aquela burguesia agrária do Brasil todo que muitos consideram como sendo uma classe mais conservadora e é por isso que Getúlio Vargas é incapaz de desenvolver uma legislação trabalhista rural. Bem, quanto ao Brizola, uma das características dele é o fato de levantar a bandeira da reforma agrária e ele o faz com propostas concretas. Toda desapropriação do Banhado do Colégio durante o governo dele sinaliza nesse sentido. Então eu acho que é um dos primeiros líderes e um dos primeiros governantes brasileiros que, com propostas concretas nessa área da reforma agrária, chama a atenção da necessidade de levar em consideração também as necessidades das populações e dos trabalhadores rurais. Nesse ponto eu acho que ele avança, que ele inova em relação a Getúlio Vargas.

IHU On-Line – Ambos eram populistas?

Gunter Axt – Nesse sentido é sim claramente um herdeiro de Getúlio. Se nós considerarmos o tipo de relação com as lideranças e os movimentos sociais, eu acho que Brizola é tributário de uma visão antiga dessa relação, ou seja, o líder é um líder quase que paternalista pouco contestado, populisticamente pelas massas populares, com grande dificuldade de entender os novos papéis que os movimentos sociais vão ter no Brasil pós-abertura política. Podemos entender, por exemplo, porque o PT cresce tanto nesse período pós-abertura e o PDT de Leonel Brizola vai também definindo, porque o PT é o partido que tem uma outra visão

que surge nesse período – eu falo do PT da década de 1980 – que surge com uma outra visão na relação entre as lideranças e os movimentos sociais, admitindo que os movimentos sociais têm um papel mais participativo no fazer da política.

IHU On-Line – Pode ser que a figura de Brizola, de certa forma simbolize o imaginário do gaúcho forte, coerente, lutador, incorruptível, e por isso seja tão admirado no Rio Grande?

Gunter Axt – Acho que sim. Brizola condensava um pouco uma certa imagem que os gaúchos fazem de si mesmos. A morte dele põe fim a um tipo de política que se fazia no século XX no Brasil. Nós estamos entrando num outro momento agora, que me parece, em termos de qualidade, muito pior do que era. Mas acho que Brizola tem essa característica e as pessoas se identificavam com ele, achavam que ele tinha alguma coisa da alma do Rio Grande do Sul. Sua maneira de falar, na sua mordacidade, felina que é uma coisa que encanta o gaúcho, a sua inteligência luminosa, sua capacidade de oratória... E o Brizola tinha uma imagem incorruptível, apesar de que todos aqueles assuntos em torno do famoso ouro de Cuba, e o próprio afastamento que se verificou depois entre Fidel Castro e Brizola, – isso a história ainda precisa elucidar. Brizola condensa um pouco dessa alma do Rio Grande do Sul, não é à toa que ele está sendo enterrado, na cidade de São Borja, que tem todo um poder simbólico para o estado, a cidade dos Vargas, onde Jango também está enterrado, mas especialmente simboliza uma época em que o Rio Grande produzia grandes líderes nacionais. Faz tempos que o Rio Grande deixou de produzir essas grandes lideranças nacionais.

IHU On-Line – Algum estado tem produzido essas grandes lideranças nas últimas décadas?

Gunter Axt – Acho que há uma crise de grandes lideranças sem dúvida nenhuma. Por isso há um certo saudosismo e um romantismo das pessoas, com um período que passou. Hoje a política é muito mais pragmática, muito mais técnica, muito menos romântica do que era na época do Brizola, para não dizer outras coisas que aconteceram com a política nacional. Vemos realmente, uma superficialidade cada vez maior, mais imperante. Assistimos, por exemplo, os discursos nos legislativos e percebemos a incapacidade da maior parte dos políticos de ter concordância verbal, concordância nominal, há uma queda de nível, de qualidade na política nacional que é amplamente perceptível pelos analistas. Isso fragiliza as instituições. O poder Legislativo tem se fragilizado em consequência desse problema. Onde é que está a massa crítica do país para fazer uma oposição consistente a certas proposições que surgem de repente, do dia para a noite, e parecem então tão maravilhosas?

IHU On-Line – E onde está? Entre os intelectuais?

Gunter Axt – Pois é, eu acho que os intelectuais estão cuidando da sua vida, eu não vejo os intelectuais ocupando espaços públicos, defendendo projetos, defendendo ideias, até como se fazia muito no passado. No Rio Grande há algumas tradições peculiares, o antigo Partido Democrata Cristão e o antigo Partido Libertador – PL, foram partidos que surgiram da redemocratização do país, antes do golpe de 1964, justamente na esteira de um projeto de fazer uma política diferenciada, mais intelectualizada, trazendo acadêmicos e intelectuais para o campo da política. Esses projetos não encontramos mais, o PSDB tentou um pouco isso, mas, há no campo político brasileiro uma enorme dificuldade de definir um projeto de nação.

Temas dos Cadernos IHU em formação

- Nº 01 – *Populismo e Trabalhismo: Getúlio Vargas e Leonel Brizola*
- Nº 02 – *Emmanuel Kant: Razão, liberdade, lógica e ética*
- Nº 03 – *Max Weber: A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*
- Nº 04 – *Ditadura – 1964: A Memória do Regime Militar*
- Nº 05 – *A crise da sociedade do trabalho*
- Nº 06 – *Física: Evolução, auto-organização, sistemas e caos*
- Nº 07 – *Sociedade Sustentável*
- Nº 08 – *Teologia Pública*
- Nº 09 – *Política econômica. É possível mudá-la?*
- Nº 10 – *Software livre, blogs e TV digital: E o que tudo isso tem a ver com sua vida*
- Nº 11 – *Idade Média e Cinema*
- Nº 12 – *Martin Heidegger: A desconstrução da metafísica*
- Nº 13 – *Michel Foucault: Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*
- Nº 14 – *Jesuítas: Sua Identidade e sua Contribuição para o Mundo Moderno*
- Nº 15 – *O Pensamento de Friedrich Nietzsche*
- Nº 16 – *Quer Entender a Modernidade? Freud explica*
- Nº 17 – *Hannah Arendt & Simone Weil – Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX*
- Nº 18 – *Movimento feminista: Desafios e impactos*
- Nº 19 – *Biotecnologia: Será o ser humano a medida do mundo e de si mesmo?*
- Nº 20 – *Indústria Calçadista: Quem fabricou esta crise?*
- Nº 21 – *Rumos da Igreja hoje na América Latina: Tudo sobre a V Conferência dos bispos em Aparecida*
- Nº 22 – *Economia Solidária: Uma proposta de organização econômica alternativa para o País*
- Nº 23 – *A ética alimentar: Como cuidar da saúde e do Planeta*
- Nº 24 – *Os desafios de viver a fé em uma sociedade pluralista e pós-cristã*
- Nº 25 – *Aborto: Interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher*
- Nº 26 – *Nanotecnologias: Possibilidades e limites*
- Nº 27 – *A monocultura do eucalipto: Deserto disfarçado de verde?*
- Nº 28 – *A transposição do Rio São Francisco em debate*

- Nº 29 – *A sociedade pós-humana: A superação do humano ou a busca de um novo humano?*
- Nº 30 – *O trabalho no capitalismo contemporâneo*
- Nº 31 – *Mística: Força motora para a gratuidade, compaixão, cortesia e hospitalidade*
- Nº 32 – *Paulo de Tarso desafia a Igreja de hoje a um novo sentido de realidade*
- Nº 33 – *A família mudou. Uma reflexão sobre as novas formas de organização familiar*
- Nº 34 – *A crise mundial do capitalismo em discussão*
- Nº 35 – *Mediatização: Uma análise do processo de comunicação em rede*
- Nº 36 – *O Universal e o Particular*
- Nº 37 – *Mulheres em movimento na contemporaneidade*
- Nº 38 – *As múltiplas expressões do sagrado*
- Nº 39 – *Usinas hidrelétricas no Brasil: Matrizes de crises socioambientais*